

**O caso de acusação da alegada violação de Cristiano Ronaldo
a Kathryn Mayorga e os seus enquadramentos noticiosos no
*Jornal de Notícias e Correio da Manhã***

Lisandra Carina Silva Maravilha

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Jornalismo

Orientadora:
Prof.^a Doutora Filipa Subtil – Professora Adjunta na Escola Superior de
Comunicação Social

Junho, 2021

Declaração Anti-Plágio

Declaro que a presente dissertação, requisito necessário para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, é exclusivamente da minha autoria. Mais informo que todas as citações e referências a outros autores estão devidamente identificadas, segundo a 6ª edição da Norma APA. Este trabalho, intitulado “O caso de acusação da alegada violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga e os seus enquadramentos noticiosos no *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*”, é publicado pela primeira vez em junho de 2021, na Escola Superior de Comunicação Social. Nunca foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. Também não deverá ser utilizado posteriormente sem a devida citação identificada. Declaro ainda ter consciência de que a prática de plágio constitui um ilícito académico.

Junho de 2021

O candidato,

Lisandra Haraiha

Resumo

O presente estudo tem como principal objetivo analisar a forma como dois jornais diários nacionais, o *Jornal de Notícias* e o *Correio da Manhã*, noticiam um mesmo acontecimento: o caso de acusação da alegada violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga. A acusação da suposta violência de género é trabalhada a partir da hipótese do framing, aplicada aos estudos de jornalismo. A forma como os *media* representam o mundo tende a levar os indivíduos a conhecer e a pensar a realidade em seu redor de determinada forma. Neste sentido, levou-se a cabo uma análise de conteúdo aos textos jornalísticos publicados por estes dois jornais entre 1 setembro de 2018 a 30 de setembro de 2019. Da investigação efetuada resulta uma clara distinção no tratamento noticioso do caso em ambas as publicações. A presença de frames nas notícias, ao longo da análise do acontecimento, é muito presente, o que nos permite identificar diferentes culturas jornalísticas e, por isso, distintas chaves de interpretação. Consequentemente, permite o entendimento da construção e do processamento do discurso noticioso e o modo como diferentes formas de apresentar um assunto influenciam a decisão do leitor, tanto na perceção da notícia, como na formação de opinião.

Palavras-Chave: Cristiano Ronaldo e Kathryn Mayorga; violência de género; *framing*; Jornal de Notícias; Correio da Manhã;

Abstract

The main objective of this study is to analyze the way as two national daily newspapers, Jornal de Notícias and Correio da Manhã, report the same event: the case of accusation of the alleged violation of Cristiano Ronaldo against Kathryn Mayorga.

The alleged accusation of gender violence is based on the framing hypothesis, applied to journalism studies. The way the media represent the world tends to lead individuals to know and think about the reality around them in a certain way. In this sense, a content analysis was carried out using the journalistic texts published by these two newspapers between September 1st, 2018 and September 30th, 2019.

From this investigation it is clear the distinction in the news treatment of the case in both publications. The presence of frames in the news, throughout the analysis of the event, is very present, which allows us to identify different journalistic cultures and, therefore, different interpretation keys. Consequently, it allows the understanding of the construction and processing of news discourse and how different ways of presenting a subject influence the reader's decision, both in the perception of the news and in the formation of opinion.

Keywords: Cristiano Ronaldo and Kathryn Mayorga; gender violence; *framing*; Jornal de Notícias; Correio da Manhã;

Agradecimentos

Ao concluir mais uma etapa da minha vida acadêmica, que culmina na entrega desta tese de mestrado, é para mim, uma injustiça, resumir nestas breves palavras a minha gratidão e profundo agradecimento, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, se vieram a demonstrar fortes pilares ao longo destes anos de crescimento acadêmico e me ajudaram na continuidade deste Mestrado em Jornalismo.

Não poderia começar sem mencionar a minha orientadora, Dra. Filipa Subtil, por todo o empenho e carinho desde sempre demonstrado. O seu profissionalismo e entrega, aliados à infinidade de conhecimentos transmitidos e às valiosas orientações, durante estes dois anos, fizeram com que esta dissertação fosse possível chegar ao fim. Mais que motivar a minha formação acadêmica e científica, fez-me acreditar em mim e nas minhas capacidades e sempre impediu que a desistência fosse o caminho. Obrigada por toda a ajuda prestada, pela disponibilidade e, sobretudo, pela paciência.

Um agradecimento também à minha instituição de ensino, a Escola Superior de Comunicação Social, a qual me formou com rigor e me permitiu o estágio curricular na SIC, onde tenho a sorte de estar, atualmente, a trabalhar.

Tenho de agradecer à minha família que sempre me apoiou e incentivou no meu percurso e de tudo fez para que concluísse esta etapa importante do meu percurso acadêmico. À minha irmã, o meu grande pilar, por depositar em mim toda a confiança e por me incentivar e fazer-me sentir a cada dia mais e melhor. Para ela, palavras não chegam. Ao meu avô, que já não está cá, mas que tanto se orgulharia de me ver a realizar mais um sonho. Ao meu namorado, por ser a minha companhia diária e me apoiar nos sucessos e nas frustrações, impedindo-me de desistir dos meus objetivos.

Às minhas amigas e aos meus amigos que, sem nomear, se demonstraram incansáveis ao longo de toda a minha vida acadêmica e também pessoal. Pela amizade, pela paciência e compreensão às minhas ausências aos convites que me dirigiam, o meu sincero obrigado.

Índice

<i>Introdução</i>	1
<i>Capítulo I. Da violência doméstica à violência de género</i>	4
1.1 Propostas de definição da violência doméstica	4
1.2 A violência de género.....	8
1.3 Medidas legislativas de combate à violência de género.....	12
1.4 A violência de género nos <i>media</i>	15
1.5 A violência de género nos <i>media</i> portuguesas	19
<i>Capítulo II: O framing nos estudos de comunicação e media</i>	23
2.1 O conceito de <i>framing</i>	23
2.2 A aplicabilidade do <i>frame</i> nos estudos jornalísticos	27
2.3 Relação entre <i>Framing</i> e <i>Agenda-setting</i>	32
<i>Capítulo III: O caso de acusação da alegada violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga no Correio da Manhã e Jornal de Notícias</i>	37
3.1 Estratégia Metodológica.....	37
3.2 Variáveis de análise	39
3.3 A cronologia da alegada violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga.....	42
3.4 Análise de dados e apresentação de resultados.....	45
3.4.1 Dimensão Estrutural	45
3.4.2 Dimensão das fontes	53
3.4.3 Dimensão dos <i>framings</i> do texto	57
3.4.4 Dimensão imagética dos <i>frames</i>	64
<i>Considerações finais</i>	66
<i>Referências bibliográficas</i>	69
<i>Anexos</i>	75
1. Elementos para uma história da SIC.....	75
2. Estagiar na SIC.....	79
2.1 A caracterização da redação	79
2.2 Rotinas de produção	81
2.3 Diário de bordo	82
2.4 Entrevista a André Antunes - Coordenador do Primeiro Jornal SIC	84

Índice de figuras

Figura 1: Modelo Ecológico. (Adaptado de Krug et all, 2002, p.12).....	4
Figura 2: Sequência cronológica do caso Cristiano Ronaldo e Kathryn Mayorga.	44
Figura 3: Análise das manchetes do Jornal de Notícias e Correio da Manhã no mesmo dia – 7 de outubro de 2019.	47
Figura 4: Breve do CM com enquadramento negativo sobre a imagem do jogador.	58
Figura 5: Breve do CM com enquadramento referente ao verão ‘louco’ de Cristiano Ronaldo.....	59
Figura 6: Cristiano Ronaldo e Kathryn Mayorga numa discoteca em Las Vegas.	59
Figura 7: Notícia do Jornal de Notícias com enquadramento neutro sobre Cristiano Ronaldo.....	60
Figura 8: Notícia do Jornal de Notícias com enquadramento neutro sobre o jogador.	60

Índice de gráficos

Gráfico 1: Análise do número e data das publicações sobre o caso de acusação de violação de Kathryn Mayorga a Cristiano Ronaldo no Correio da Manhã e Jornal de Notícias.	46
<i>Gráfico 2: Análise das secções onde são publicadas as notícias nos dois jornais em estudo.</i>	49
Gráfico 3: Número de conteúdos por género noticioso.	50
Gráfico 4: Tipologia dos títulos utilizados pelos jornais em análise.	51
Gráfico 5: Autores das notícias dos jornais em análise.	52
Gráfico 6: Identificação das fontes nos jornais.	54
<i>Gráfico 7: Utilização das fontes não personalizadas, personalizadas, outros meios de comunicação e documental nas notícias publicadas pelos jornais em análise.</i>	55
Gráfico 8: Caracterização das fontes utilizadas pelos meios de comunicação e respetiva percentagem da utilização de fontes oficiais e não oficiais pelos jornais em observação.	56
Gráfico 9: Percentagem da presença dos diferentes frames nas notícias em análise e respetiva comparação dos diferentes frames nos meios de comunicação em estudo.	57
Gráfico 10: Enfoque dos enquadramentos nos jornais em análise.	58
Gráfico 11: Percentagem dos tipos de enquadramento por jornal.	63
Gráfico 12: Identificação da imagem por jornal.	64
Gráfico 13: Posição dos protagonistas na imagem por jornal.	65

Introdução

A presente dissertação insere-se no âmbito do mestrado em Jornalismo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de mestre. O objetivo desta investigação é analisar o *framing* (enquadramento) noticioso das notícias sobre violência de género, a partir da análise de um caso concreto – a acusação da alegada violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga no *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*.

Inicialmente, este exercício investigativo foi pensado como parte de um estágio curricular, realizado no Grupo Impresa, mais concretamente no canal SIC (Sociedade Independente de Comunicação), por um período de seis meses. Este estágio, que se iniciou a 6 de janeiro de 2020, foi suspenso temporariamente a 11 de março de 2020 devido à pandemia da Covid-19. Ainda assim, o estágio teve a duração de três meses, onde me foi possível conhecer um pouco das rotinas da equipa do departamento digital, onde estive inserida e trabalhar nos programas diários televisivos (com acompanhamento digital). Durante este período, redigi um diário de bordo, onde consta a caracterização da redação, as rotinas de produção e as tarefas que realizei (ver Anexo 1 e 2). A suspensão do estágio só se tornou definitiva em junho de 2020, o que impossibilitou o regresso à redação e a consequente finalização do relatório de estágio. Neste sentido, vi-me na contingência de transformar um relatório de estágio numa dissertação.

Esta pesquisa cruza os estudos feministas dos *media*, em particular, a representação mediática da violência de género com os estudos sobre o *framing*. A análise dos processos de *framing* surge como uma área de estudo com origens atribuídas ao sociólogo canadiano Erving Goffman (1974), tendo o conceito ganhado diversas aplicações em várias áreas disciplinares, da sociologia (*Gamson, 1987; Modiglian 1987*), à psicologia (Kahneman, 1979, 2003; Tversky, 1984), à linguística (Lakoff e Johnson, 1981) e aos estudos do jornalismo (Tuchman 1978; Gitlin, 1980; Entman, 1993; Scheufele, 1999). Os *media* surgem como uma área prioritária na prevenção primária do crime e da violência devido ao seu potencial de influenciar a perceção pública. Isto é, ao selecionarem o que aparece nas notícias e o modo como os indivíduos e os acontecimentos surgem apresentados, as atitudes, as crenças e os comportamentos da população em geral podem ser influenciados. Com efeito, a forma como os conteúdos informativos são estruturados pode aumentar o entendimento do público sobre determinados fenómenos sociais, como é o caso da violência de género. A presença da violência de género nos *media* torna possível

questionar o lugar que esta ocupa na sociedade, tornando-a num fenómeno mais visível, capaz de ser colocado em agenda pública. “Os estudos da comunicação têm tido como uma das suas preocupações a tentativa de demonstração de que as pessoas podem ter compreensões diferentes do mesmo acontecimento” (Silveirinha, 2005, p.1). Assim, os processos de *framing* têm sido considerados como princípios de organização que governam os acontecimentos e, por isso, a produção de notícias constitui-se como um ato de construção da realidade e não como um espelho dessa mesma realidade. Essa construção é feita através dos *media* pela maneira como enquadram um determinado fenómeno e como enfatizam determinadas causas em detrimento de outras.

A presente pesquisa pretende averiguar se a cobertura noticiosa da violência de género (através de um estudo de caso) nos revela abordagens distintas nos dois jornais e se proporciona, conseqüentemente, interpretações e conhecimento público diferente do caso em análise. Ou seja, entender se o tratamento noticioso está imune de interesses ou de outros fatores externos, ou se, pelo contrário, os *media* através dos processos de *framing* dão saliência a determinados aspetos em detrimentos de outros, colocando-os em destaque. Assim, e de modo a dar resposta às principais questões aqui levantadas, a estratégia metodológica utilizada foi mista, recorrendo-se a técnicas de recolha de informação qualitativa e quantitativa. Para o enquadramento teórico, fizemos uma pesquisa bibliográfica aprofundada, que permitiu uma análise crítica da literatura nos âmbitos da violência de género nos *media* e na análise da narrativa noticiosa a partir da hipótese do *framing*.

Esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro, “Da violência doméstica à violência de género” discute teoricamente o conceito de violência doméstica e de como a partir deste se derivou para o de violência de género. Reflete-se ainda sobre como os *media* têm abordado este fenómeno, dando particular destaque aos estudos sobre os *media* portugueses.

O segundo capítulo, “O *framing* nos estudos de comunicação e *media*”, problematiza de forma aprofundada e multidisciplinar o conceito de *framing*, dando ênfase à concetualização do fundador do conceito, o sociólogo canadiano Erving Goffman, e mostrando como esta proposta foi incorporada pelos estudos de jornalismo, por autores como Todd Gitlin (1980) e Robert Entman (1993), para analisar os diferentes

enquadramentos noticiosos que podem ser dados a um determinado acontecimento. Por último, dá-se a conhecer a reflexão teórica que tem procurado estabelecer relações entre o *framing* e a hipótese do *agenda-setting*.

Por fim, o terceiro capítulo, “O caso de acusação da alegada violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga no *Correio da Manhã* e *Jornal de Notícias*”, centra-se na análise de conteúdo temática aos dois jornais diários em análise. Foram analisadas quatro dimensões: a estrutural, as fontes, os *framing*, a imagética.

Num cenário ideal, todo o processo da narrativa noticiosa, inserindo-se no campo do jornalismo, deverá transparecer valores como o rigor e a isenção que os *media* tanto enaltecem em estatuto editorial. Neste sentido, esta investigação, com base em evidências teóricas e empíricas, procura mostrar como diferentes enquadramentos forjam imaginários coletivos distintos.

Capítulo I. Da violência doméstica à violência de gênero

1.1 Propostas de definição da violência doméstica

A fim de compreender a violência nas suas diversas formas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) sugere o Modelo Ecológico que se baseia na importância da comunicação e das relações dos indivíduos dentro de uma família entre outras variáveis individuais, sociais, culturais e ambientais. Este modelo considera a violência como uma rede complexa de interação entre vários fatores e como um produto de todos estes parâmetros.

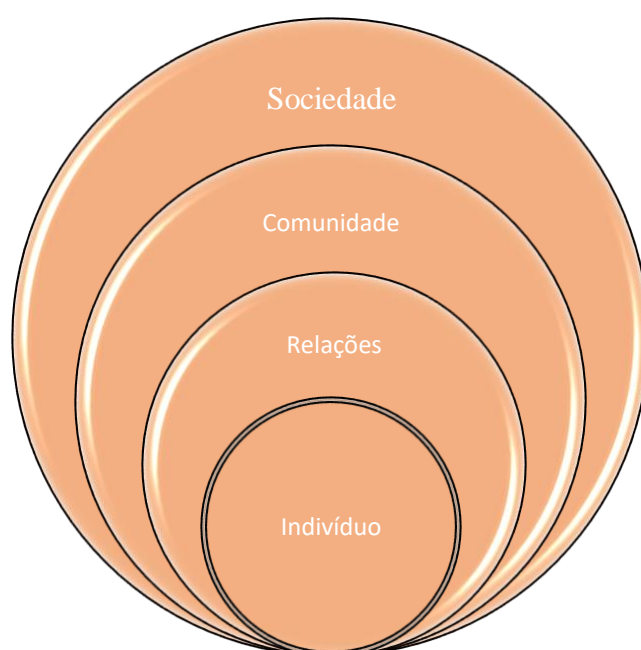


Figura 1: Modelo Ecológico. (Adaptado de Krug et all, 2002, p.12)

Como é possível verificar na figura 1, o nível individual deste modelo refere-se às características do indivíduo, que o podem tornar vulnerável ou levá-lo a assumir o papel de vítima ou de agressor. Já o segundo nível demonstra a proximidade relacional entre as pessoas, isto é, quanto mais próxima é a relação entre os indivíduos (partilha da mesma casa, por exemplo), maior é a probabilidade de existirem oportunidades para a ocorrência da prática de violência. O nível da comunidade centra-se nas relações sociais, mostrando como as características do meio envolvente condicionam a personalidade do indivíduo. Por fim, o último nível implica fatores sociais que podem influenciar taxas de violência num determinado local. De um modo geral, é visível que estamos diante de um fenómeno

complexo, cuja abrangência é tal que engloba várias modalidades de atos de violência que acontecem em meio doméstico pelos mais diversos atores.

A violência doméstica não é um problema recente e, antes de qualquer abordagem sobre o tema, é fundamental para os propósitos desta pesquisa diferenciar alguns conceitos que, embora se interliguem, são distintos. É assim importante compreender a violência doméstica contra qualquer pessoa independentemente do gênero (VD), mas também perceber a violência generalizada perpetrada diretamente contra as mulheres, em função do gênero (VSM).

Não é, nem nunca foi tarefa fácil definir a violência doméstica, “ainda que nas sociedades ocidentais atuais se atribua tal designação a um número cada vez maior de atos e situações” (Lisboa, 2002). A dificuldade na clarificação do conceito é perceptível na comunidade científica, mas também no senso comum, visto que, o significado de “violento” atribuído a um determinado ato advém de este ser considerado como uma “agressão a normas estabelecidas pelo sistema de valores que é reconhecido por uma determinada sociedade ou segmento social” (Lisboa, 2009). Acresce que o conceito de violência, ao longo da história, foi tomando diversos sentidos conforme os contextos históricos e sociais. Como afirmam Lourenço e Lisboa, a definição deste conceito acompanha “a transgressão das normas e dos valores socialmente instituídos em cada momento” (1992). Consequentemente, não existe uma definição universal de violência pois o seu significado varia em função de um complexo processo de construção que é determinado socialmente. Deste modo, os mesmos factos não são sempre apreendidos segundo os mesmos critérios, pois o que pode ser considerado violência num país, pode não ser noutra, da mesma maneira que, o que foi há séculos ou décadas era considerado violência, hoje pode não ser e o oposto também é verdadeiro. As definições de violência têm sido, por isso, muitas e diferenciadas, pois, assiste-se a uma variação temporal e espacial do seu significado. Apesar da dificuldade e de ser necessário estabelecer e definir os limites deste conceito, a violência não é um problema social recente, ela “possui uma evidente origem social e não há sociedade conhecida que, sob uma forma ou outra não tenha gerado o seu tipo de violência” (Lourenço, Lisboa, 1992) Neste sentido, a violência doméstica é um problema global, que acontece em todos os países do mundo, bem escondido, por vezes, por detrás de representações erróneas do papel tradicional de homens e mulheres na família e na sociedade. As Nações Unidas, através da Declaração

Universal dos Direitos Humanos, caracterizaram este fenômeno como global, que atravessa, ao longo dos tempos, países cultural e geograficamente muito distantes.

A violência doméstica é um fenômeno que nos acompanha desde sempre, mas foi com os movimentos feministas europeus e norte-americanos, a partir dos anos 70 e 80, que este problema social foi trazido para a esfera pública (“behind closed doors”)¹ e começou a ser abordado como uma grave violação aos direitos humanos perpetrado no interior das famílias. Nas famílias tradicionais, a violência doméstica era considerada um ato comum e natural, consequência de uma sociedade patriarcal, onde o poder masculino se exercia sob a forma de opressão das mulheres e dos descendentes e não era contestado. Também era muito comum as mulheres exercerem violência sobre os seus filhos e filhas. Neste caso particular, refiro-me às mulheres por serem consideradas pela história as mais agredidas, sendo o agressor o homem que saía, normalmente, impune desta situação. A violência exercida contra as mulheres era aceite socialmente, pois a mulher obedecia ao homem por força do casamento ou filiação. Como refere Isabel Dias (2004) “a prevalência do sistema patriarcal garantia ao chefe de família o poder absoluto sobre a mulher e os filhos, aos quais não eram reconhecidos quaisquer direitos” (pág. 53). Por sua vez, nas famílias modernas, a violência doméstica surge como uma realidade escondida que, talvez por razões de ordem cultural, os membros ainda a toleram dentro da família, pois “vítima e agressor partilham do mesmo espaço físico, estabelecem relações íntimas, estão ligados por laços de sangue” (Dias, 2004, pp.55-56). Esta dimensão ‘doméstica’ advém de algumas recomendações internacionais, entre elas a recomendação do Conselho de Ministros dos Estados Membros do Conselho da Europa que compreende “doméstica” nos atos que ocorrem no espaço familiar ou de coabitação. Mas é importante sublinhar que “doméstica” não significa a vinculação desta forma de violência a um lugar específico, ou seja, não se refere ao local onde se dá agressão, mas sim à natureza da relação entre a vítima e o agressor.

¹ A expressão “behind closed doors” ganhou visibilidade após a publicação do livro *Behind Closed Doors: Violence in the American Family*, de Straus, Gelles e Steinmetz em 1980. A obra resultou de um estudo pioneiro realizado a mais de 2.000 famílias norte-americanas durante os anos de 1970.

Como se pode ler no *Manual Pluridisciplinar de Violência Doméstica - implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*, o conceito de violência doméstica é definido globalmente como:

Um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó), ou que, mesmo não coabitando, seja companheiro/a, ex-companheiro/a ou familiar. Este padrão de comportamento violento continuado resulta, a curto ou médio prazo, em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou de privação económica à vítima, visa dominá-la, fazê-la sentir-se subordinada, incompetente, sem valor ou fazê-la viver num clima de medo permanente.

Por sua vez, a Associação do Apoio à Vítima (APAV) propõe a seguinte definição:

A violência doméstica abarca comportamentos utilizados num relacionamento, por uma das partes, sobretudo para controlar a outra. As pessoas envolvidas podem ser casadas ou não, ser do mesmo sexo ou não, viver juntas, separadas ou namorar. Todos podemos ser vítimas de violência doméstica. As vítimas podem ser ricas ou pobres, de qualquer idade, sexo, religião, cultura, grupo étnico, orientação sexual, formação ou estado civil.

Estas propostas de definição permitem-nos constatar que a violência doméstica não escolhe géneros, nem idades, nem estratos sociais e que qualquer lar pode estar sujeito a episódios de violência entre adultos, entre adultos e crianças e entre adultos e idosos. De seguida e numa perspetiva histórica, importa distinguir este conceito de violência de género, associado sobretudo à violência sobre as mulheres.

1.2 A violência de gênero

Produto de uma construção histórica, a violência doméstica é a forma mais frequente de violência sofrida pelas mulheres e é considerada uma das mais graves e marcantes formas de violência a serem enfrentadas. Ao longo dos tempos, a falta de instrução da mulher, provocada por questões políticas e sociais, sempre a desfavoreceu, levando-a a ser vista como um ser inferior. Como se pode ler no Relatório “Mulheres (In)visíveis” da Amnistia Internacional,

“ao longo dos tempos as mulheres foram vistas como seres inferiores, passivas, insuficientes, complementares, auxiliares, privadas, débeis, indefesas, perigosas, pueris, sedutoras, impuras, contagiosas, angélicas, demoníacas, etc, mas nunca, até tempos mais recentes, se admitiu que pudesse partilhar a igualdade humana”. (pp. 11-12)

O conceito de ‘mulher maltratada’ veio despertar a necessidade de criação de respostas de apoio e proteção à mulher. É a partir dos anos 70, sob a égide dos movimentos feministas europeus e norte-americanos, que se começa a dar enfoque ao poder e controlo do homem sobre a mulher e se dá o reconhecimento público da violência familiar, permitindo às mulheres o exercício dos seus direitos fundamentais como a segurança e a proteção. A violência contra a mulher tem uma relação estreita com as categorias de género, classe e etnia e as suas relações de poder. Relações essas, como se referiu anteriormente, mediadas por uma ordem patriarcal proeminente na sociedade, onde o homem tinha o direito a dominar e controlar a sua mulher, podendo, em certos casos, atingir os limites da violência. Portanto, desde o início da sua conceptualização, a violência contra as mulheres foi configurada a partir “de um contexto estrutural de desigualdades sociais e económicas, por referência às diversas discriminações que afetam a situação da mulher e a sua posição na sociedade (pobreza, analfabetismo, discriminação laboral, etc.)” (Caviedes, 2002).

Fazendo uma reflexão sobre a variabilidade nas terminologias, o caminho começa com as feministas a tentarem colocar a violência doméstica na agenda política com o objetivo de alterar as práticas políticas e governamentais. De realçar que a terminologia ‘violência doméstica’ era criticada pelas feministas por ser sexualmente neutra e por ocultar aspetos estruturais deste tipo de violência (Costa, 2005). Consequentemente, a violência contra as mulheres foi englobada dentro da violência familiar, não se

considerando que as vítimas podiam ser agredidas por companheiros, pais ou outros familiares fora das suas casas, tais como a violência sexual ou a perseguição no local de trabalho. A violência familiar e as suas derivações assemelham-se ao conceito de violência nas relações íntimas e, do mesmo modo que a violência doméstica, são todos termos sexualmente neutros, que não enfatizam o facto de a maior parte da violência familiar ser praticada por um homem contra a sua esposa e/ou filhas (Ellsberg; Heise, 2005). Embora as críticas feministas tenham tornado possível a reflexão das políticas e alteração das leis a favor das mulheres, elas reconhecem que as mulheres também podem ser agressoras e violentas, mas a maioria fá-lo em autodefesa, resultando, algumas vezes, em homicídio (Dias, 2004 pp.71-72). São várias as pesquisas (inquéritos sobre vitimização e levantamentos policiais, por exemplo) que sugerem que entre 90% e 95% dos casos, as vítimas são do sexo feminino. De acordo com Ellsberg e Heise (2005), as mulheres estão vulneráveis a diferentes tipos de violência ao longo das suas vidas. Ainda assim, as definições mais amplas de violência consideram que, potencialmente, vítimas e agressores podem ser tanto do sexo masculino como feminino. Em 2000, a Organização das Nações Unidas propôs uma nova nomenclatura, desta vez fundamentada no sexo da vítima, a violência contra as mulheres:

Todo o ato de violência baseado na pertença ao sexo feminino que tenha ou possa ter como resultado o dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher; inclui-se aqui também a ameaça de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, na vida pública ou na vida privada.

O ato de violência contra a mulher não precisa ser necessariamente físico, pois a partir do momento que afeta a vítima psicológica, social ou até economicamente, pode ser considerado como tal. A recomendação adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 30 de abril de 2008, define a violência contra as mulheres como sendo o

resultado de um desequilíbrio de poder entre homens e mulheres e leva a uma grave discriminação contra estas, tanto na sociedade como na família. (...) A violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos, retirando-lhes a possibilidade de desfrutar de liberdades fundamentais. Deixa as mulheres vulneráveis a novos abusos e é um enorme obstáculo para ultrapassar a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade. A violência contra a mulher prejudica a paz, a segurança e a democracia na Europa.

A violência contra as mulheres, na maioria das vezes em função do gênero, é, portanto, consequência de um passado histórico onde as mulheres eram maltratadas, consideradas como objetos e não beneficiando dos mesmos direitos dos parceiros homens. John Stuart Mill foi um dos primeiros filósofos a pensar sobre a diferença de tratamentos entre homens e mulheres. No livro, *A sujeição das Mulheres*² (1869), questiona a autoridade dos homens sobre as mulheres, onde a escravização das mulheres pelos homens se baseava puramente na lei do mais forte. Neste sentido, a hierarquização conforme o gênero e diferença em razão do sexo é fruto do pensamento liberal clássico, onde o gênero masculino era considerado superior ao feminino. Aqui, torna-se pertinente fazer uma distinção de conceitos, no sentido de diferenciar gênero de sexo. Se por um lado, sexo diz respeito às diferenças de anatomia e, por isso, são definidos os sexos masculino e feminino em relação aos aspectos biológicos e atributos físicos, por outro, o gênero é mais abrangente e subjetivo, pois corresponde não somente ao aspecto físico como também aos comportamentos e atitudes perante determinadas situações.

Em síntese, a violência de gênero é, por isso, um fenômeno que tem vindo a assumir, por todo o mundo, proporções elevadas e que começou a ser denunciado partir dos anos 60/70 pelos movimentos feministas, coincidindo com aquela que é designada na literatura académica como a segunda vaga dos movimentos feministas. É neste período que se lança, pela primeira vez, o debate sobre a violência sexual, numa tentativa de definir a violência contra as mulheres como um problema político. Na década seguinte, começa a usar-se o conceito de violência doméstica para enfatizar a desigualdade de gênero entre mulheres e homens na esfera doméstica, por ser um lugar onde a violência de gênero está institucionalizada. A teoria feminista tendeu a avançar para uma perspetiva holística que procura unir todas as formas de violência contra as mulheres e analisa os contextos específicos em que a violência baseada no gênero é perpetrada. Este avanço está espelhado na definição quer dos tipos –físico, sexual, psicológico, económico,

² *A Sujeição das Mulheres* é uma das obras mais conhecidas do filósofo, onde este apresenta as suas ideias a favor da igualdade de direitos para as mulheres. É um livro marcante na luta das mulheres pela igualdade de direitos e continua a ser uma referência para todos que buscam uma sociedade mais justa e igualitária.

femicídio – e modalidades –institucional, comunitário, laboral, escolar de violência contra mulheres e meninas (Montiel, 2014, p.16).

1.3 Medidas legislativas de combate à violência de género

Uma das organizações que mais tem contribuído pela luta pelos direitos fundamentais das mulheres é a Organização das Nações Unidas. Do ponto de vista das políticas públicas de âmbito internacional, as Nações Unidas têm desempenhado um papel crucial no combate violência contra as mulheres. Foi na Assembleia Geral desta organização em 1993 que se adotou a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. O objetivo era modificar o pensamento retrógrado da dominação masculina dentro dos Estados-Membros. Esta declaração reconhece, pela primeira vez, a violência contra as mulheres como uma violação grave das liberdades e direitos fundamentais, como a igualdade, segurança, integridade e liberdade. Estes direitos devem ser aplicados em todos os países, uma vez que a violência perpetrada nas mulheres impede o desenvolvimento, alcance de paz e da igualdade material entre os géneros.³

Dezoito anos depois, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, também conhecida como Convenção de Istambul, assinada por Portugal a 11 maio de 2011, trouxe a possibilidade de eliminação de quaisquer formas de discriminação contra as mulheres, assim como a proteção e assistência às mulheres vítimas de violência e consequente punição dos agressores.⁴ De acordo com esta Convenção, a violência abrange

todos os atos de violência de género que resultem, ou possam resultar, em danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos para as mulheres, incluindo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada. Baseia-se no género referindo-se aos

³ Declaração sobre a Eliminação da Violência contra As Mulheres, Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/pagina/direitos-humanos?menu=direitos-humanos>
Acesso a: 16-04-2021.

⁴ Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as mulheres e a Violência Doméstica; Istambul, 11 de maio de 2011. Disponível em: <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168046253d>
Acesso a: 16-04-2021.

papéis, aos comportamentos, às atividades e aos atributos socialmente construídos que uma determinada sociedade considera serem adequados para mulheres e homens. E entende a violência de gênero exercida contra as mulheres como a que abrange toda a violência dirigida contra a mulher por ser mulher ou que afeta desproporcionalmente as mulheres.⁵

A Convenção de Istambul foi um grande marco para a evolução na proteção das mulheres, mas não foi uma novidade, visto que, já vinha sendo traçado um caminho no sentido de proteger os direitos das mulheres, nomeadamente desde a CEDAW⁶ (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, aprovada em 1979 e que entrou em vigor em 1981). Contudo, a violência contra as mulheres, entendida pela Convenção como violação dos direitos humanos, “foi lamentavelmente secundarizada” (Campina, Tomás, 2016, p.2) Através de um discurso aparentemente moderno e igualitário, o “patriarcado” é escondido mesmo sabendo que ele é real, que existe e que se mantém numa sociedade democrática. Para Teresa Féria, juíza-conselheira no Supremo Tribunal de Justiça em Portugal, ainda “falta o essencial para que este tratado seja efetivamente implementado” (*Expresso*, 2021). A juíza explica que “a linha essencial da Convenção tem a ver com a prevenção e a repressão, logo, a tónica não é posta apenas nas leis, mas na atuação coordenada de todas as políticas sociais” (*idem*, 2021). No caso português, a juíza, considera que apesar das insuficiências, “o país tem feito bastante nos últimos anos e isso é algo que não pode ser negado e merece ser reconhecido e louvado, mas ainda tem muito por e para fazer”. A importância da Convenção de Istambul é incontestável, pelo impacto positivo que teve na evolução da proteção dos Direitos Fundamentais e Humanos: a partir de 2015, a Lei nº 83/2015 consagra no seu artigo 38º a alteração do Código Penal português para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica⁷. De realçar que

⁵ <https://plataformamulheres.org.pt/artigos/direitos-humanos/convencao-istambul/>
Acesso a: 25-04-2021.

⁶ É um dos grandes Tratados de Direitos Humanos e frequentemente apelidada de Carta dos Direitos Humanos das Mulheres. A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) traduziu as recomendações finais para português. Podem ser consultadas através de: <https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2015/11/RecomendacoesCEDAW-PT-TraducaoPpDM30Nov2015.pdf>

⁷ http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2381&tabela=leis&so_miolo=
Acesso a: 28-05-2021.

Portugal foi o primeiro membro da União Europeia a aderir à Convenção de Istambul e, que até hoje, foi ratificada por 33 países e assinada por outros 12 Estados ou entidades supranacionais. De lamentar o abandono da Turquia, que anunciou “a intenção de criar um tratado próprio - justificou a decisão considerando que o tratado foi "sequestrado por um grupo de pessoas que tentam normalizar a homossexualidade", o que é "incompatível" com os "valores sociais e familiares" da Turquia”. (Expresso, 2021) Também a Polónia ameaça sair da Convenção.

1.4 A violência de género nos *media*

Devido ao seu forte potencial de disseminação de informação e consequente capacidade de influenciar a perceção pública, os *media* afiguram-se, nas sociedades contemporâneas, como uma área prioritária na prevenção primária do crime e da violência. Tal significa então que, ao descreverem e estruturarem os conteúdos informativos, os *media* contribuem para o entendimento público, visto que, a forma como a seleção do que aparece nas notícias é feita e o modo como os indivíduos e os acontecimentos surgem apresentados influencia os comportamentos, atitudes, crenças e valores da sociedade (Reiner, 1997). De outro modo, a forma como os conteúdos noticiosos são transmitidos é vista como uma teia de significados, que, ao mesmo tempo, moldam o nosso entendimento dos fenómenos e refletem os valores predominantes na sociedade.

Muito para além da nossa vivência direta de cidadania, é através dos *media* que o mundo nos chega - factos, acontecimentos, histórias, relatos, testemunhos e imagens - e é, também, por esta via que formamos opiniões, reforçamos crenças, [...] (Penedo, 2003, p:13).

Como explica Machado (2004), o discurso proposto pelos *media* constrange, mas não determina, o modo como as pessoas constroem significados e articulam opiniões face ao crime, à lei, à justiça e à violência. Neste sentido, os públicos não são meros recetores passivos da informação, mas construtores de significados ativos e, por isso, o sentido que retiramos dos conteúdos dos *media* é influenciado pelos “significados propostos, contextos interpretativos e pela subjetividade pessoal” (Machado, 2004, p.120).

A comunicação social tende a dar destaque ao que entende ser mais noticiável ou que se enquadra dentro dos valores-notícia privilegiados pelo meio em causa, o que leva a que, muitas vezes, centralizem a sua atenção apenas nos casos extremos de violência e não nos casos típicos de violência quotidiana nas esferas pública e privada. Meyers (1997) refere que os *media* não discutem as formas mais frequentes de violência porque são tão comuns que não são consideradas notícias. Deste modo, a cobertura noticiosa reflete o viés da informação, valorizando o sensacionalismo e ocultando o carácter estrutural e quotidiano da violência. Os *media* têm sido fundamentais na análise de estudos sobre as

mulheres, de gênero e feministas pois ajudam na compreensão da forma como os discursos mediáticos podem reproduzir as desigualdades de gênero ou, de modo contrário, contribuir para a sua formação.

Particularmente, a presença da violência de gênero nos *media* tornou o assunto mais visível pela quantidade de notícias e pela forma como os casos são apresentados, colocando-os em agenda pública (Carll, 2003; Soriano, 2004, pp.153-154).

Contudo, a visibilidade que é dada por parte dos meios de comunicação reveste-se, muitas vezes, de visões estereotipadas em relação ao gênero, distorcendo este fenômeno social. A este respeito, Meyers (1997) refere que:

Como os media representam a violência contra as mulheres é importante não só porque as notícias moldam as nossas visões e compreensão do mundo que nos rodeia, mas também porque afetam como vivemos as nossas vidas (...) As notícias advertem as mulheres sobre que ações e locais são seguros, influenciando as decisões sobre onde ir, que usar, como agir, quão tarde voltar. Falam-nos de como a sociedade vê os atos masculinos de violência dirigida contra as mulheres, delimitando o que pode ser um comportamento aceitável ou inaceitável para homens e mulheres (Meyers, 1997, pp.2-3)⁸

Meyers refere que existem estereótipos, crenças e mitos que são reforçados pelos *media*, e que mostram que as “mulheres querem ser violadas, merecem ser violadas, provocam a violação, necessitam de ser violadas e desfrutam de ser violadas” (1997, pág.20). Estudos sobre a mediatização da violência de gênero nos *media* tendem a enquadrar a violência como degenderizada, onde a culpa é genderizada. Como explicita Berns, embora a “visão patriarcal enquadre a violência de gênero como violência humana, onde refere que homens e mulheres são igualmente violentos/as, quando é necessário discutir a responsabilidade para o fim desta violência, o destaque está em culpabilizar as mulheres” (2001). A autora chegou à conclusão de que o discurso acerca da violência conjugal obscurece a violência do homem e coloca a responsabilidade pela sua finalização

⁸ No original pode ler-se: “ How the news media represent violence against women is important not only because the news shapes our view and understanding of the world around us but also because it affects how we live our lives.(...) The news warns women about what actions and locations are safe, influencing decisions about where to go, what to wear, how act, how late to stay out. It tells all of us how society views male acts of violence directed at women, delimiting what may be acceptable or unacceptable behavior for both women and men.”

na vítima (a mulher). Neste sentido, identificou três perspectivas presentes na abordagem que os *mass media* fazem dos casos de violência contra as mulheres na intimidade: a perspectiva do empoderamento das vítimas, a perspectiva da culpabilização das vítimas (antifeminista) e a perspectiva da justiça social (2004). Para a autora, a perspectiva que domina é a que responsabiliza as vítimas, destacando aquilo que elas poderiam ter feito para evitar a violência. Conseqüentemente, a individualização do problema por parte dos *media* desvia a atenção da opinião pública do enquadramento cultural, institucional e estrutural da violência de gênero. Também Pierre Bourdieu (2001), entende que os estudos sobre a violência nos *media* tendem a diluir a violência de gênero num conceito mais amplo, o da dominação masculina. Ou seja, as notícias referem as relações de dominação e subordinação, onde os homens são associados como desportistas, políticos e empresários, enquanto que as mulheres são identificadas com falta de *status* e poder, sendo abordadas como vítimas ou responsáveis pela violência.

Carll é outra autora que se destaca nas pesquisas de violência de gênero e *media* (2003). Considera que os *media* vieram trazer outras formas de violência de gênero para a esfera pública, como é o caso do *honor killings*⁹ no Médio Oriente, da violência no namoro e do *stalking*. A exposição mediática deste último fenómeno impulsionou mudanças na legislação e criação de assistência para as vítimas. Através de uma análise qualitativa, Carll estudou a cobertura feita pelos *media* dos casos de violência conjugal nos Estados Unidos. A autora explica que as descrições dos *media* refletem viés de gênero:

Por exemplo, nos casos em que o homem era o agressor surgia no título a razão que motivou o crime, enquanto no caso da mulher não era dada qualquer explicação; na descrição da notícia, enquanto nos casos de agressão masculina se enfatizava a razão, no caso da mulher enfatizava-se a natureza do crime; finalmente, não ficava claro se a agressão feminina tinha sido voluntária ou em autodefesa (Conde e Machado, 2010 por Carll, 2003)

⁹ Estes crimes acontecem em todo o mundo e são cometidos, na sua grande maioria, contra mulheres ou raparigas que, através dos seus atos ou existência, trazem desonra à sua família. A exposição e debate deste fenómeno nos *media* tem ajudado a mudar o papel das mulheres nas relações familiares e na comunidade.

De um modo geral, a representação mediática da violência doméstica assume diferentes nuances: no caso em que a mulher é vítima, os casos são tratados como crimes menores, no caso em que é agressora, os crimes são vistos como hediondos. Deste modo, os estereótipos sobre a mulher, quer seja ela vítima ou perpetradora da violência conjugal, distorcem a visão não enviesada que devemos ter deste fenómeno social, influenciando não só a opinião pública, como também o sistema judicial. Segundo a autora, os *media* têm aqui um papel fundamental, pois é imperativo que a representação deste fenómeno de violência se aproxime da sua real complexidade. Neste sentido, a cobertura noticiosa não pode assentar em estereótipos, categorizações ou ideologias socioculturais.

Também Sutherland (2015) faz uma síntese das questões do tratamento noticioso sobre a violência contra as mulheres e identifica três tipos de abordagem: representação, receção da audiência e produção das notícias. A primeira visa explorar a natureza dos conteúdos e dos discursos; a segunda implica que se estude o modo como as audiências interpretam as notícias sobre a violência e como o risco é percebido e gerido pelas mulheres; e por fim, a abordagem da produção de notícias, que tem como objetivo a análise das práticas de recolha e de divulgação de informação sobre a violência contra as mulheres e os/as seus/suas filhos/as. A autora conseguiu reunir algumas tendências do discurso dos *media* quando as notícias abordam a violência contra as mulheres: os contextos sociais em que o homem violenta a mulher são omitidos; o uso de uma linguagem inapropriada torna as histórias sensacionalistas; distorção das perceções públicas pela perpetuação de mitos e estereótipos; culpabilização direta ou indireta das vítimas e desresponsabilização dos agressores, ou seja, transfere-se a culpa do homem agressor para a mulher vítima; usam-se informações provenientes das fontes oficiais em detrimento de especialistas. Portanto, os *media* não comunicam os maus-tratos à mulher como uma questão pública e social, antes pelo contrário, responsabilizam a vítima pela violência e negligenciam e secundarizam os agressores.

1.5 A violência de género nos *media* portugueses

Em Portugal, os *media* tradicionais têm assumido nos últimos anos um papel determinante na consciencialização para a violência de género, tendo-se multiplicado os espaços de elucidação e reflexão acerca deste fenómeno. Como afirma Maria João Silveirinha, os *media* são “um dos lugares sociais e políticos de construção de identidades. Por eles perpassam e constroem-se definições e ideologias de diferentes grupos etários, étnicos, de classe, de cultura, e de sexo (2004, pág.9). Também Stuart Hall (1977), via os *media* como responsáveis por providenciar “a base sobre a qual os grupos e as classes constroem uma imagem das vidas, dos sentidos, das práticas e valores de outros grupos e classes”.

A expressão violência de género vincula as desigualdades de género aos comportamentos violentos que acontecem quer na esfera privada, quer na esfera íntima e que adquirem maior complexidade, considerando a natureza das relações que aí se desenrolam. Verónica Policarpo e Teresa Monteiro (2002) identificam o discurso discriminatório das mulheres nos *media* e reconhecem-no como um problema sociocultural, onde os *media* dão um tratamento ‘politicamente correto’ ao tema. Esta discriminação surge como um problema enraizado na cultura portuguesa, embora não represente uma ameaça séria ao desenvolvimento social, visto que existe um elevado número de iniciativas políticas que começam a tratar da resolução para o problema. As autoras sublinham ainda para o facto de que existe muito mais pesquisa nos *media* portugueses sobre discriminação étnica do que discriminação das mulheres, o que significa que “em termos mediáticos, só o que aparece existe, então o estado da questão relativamente aos direitos das mulheres e à igualdade de oportunidades possui ainda um direito de cidadania muito reservado nos *media*.”

Também Silvana Mota Ribeiro e Zara Pinto Coelho, em “Imagens de Mulheres na Imprensa Portuguesa” (2005), defendem que “no discurso mediático, a exclusão ou secundarização das vozes femininas implica que o conhecimento acionado neste discurso e produzido pelo mesmo é necessariamente parcial e, como tem sido mostrado, muitas vezes é seletivo e negativo, portanto, propiciador da reprodução de atitudes e ideologias que legitimam a dominação masculina.” As autoras alertam ainda para o facto de que a “consciência política de género, as assimetrias e a necessidade de contestação dos valores

patriarcais, não parece ser uma realidade ou, pelo menos, uma preocupação para uma grande parte das produtoras de conteúdos mediáticos.” Neste sentido, alertam para um discurso jornalístico que continua a difundir imagens estereotipadas e pouco representativas das mulheres na sociedade.

Coimbra (2007) é outra autora que na sua investigação reitera o facto de os *media* estarem profundamente implicados em padrões de desvalorização e discriminação das mulheres nas sociedades. A autora, na linha de Simões, considera que um marco importante foi dado por Gaye Tuchman, em 1978, que “popularizou a noção de ‘aniquilação simbólica’ das mulheres, denunciando uma forma de sexismo nos *media*”. Uma vez mais, as mulheres são vistas como objetos em vez de sujeitos ativos e são sistematicamente subordinadas quando se analisam as estruturas do poder. Com efeito, “as preocupações daí resultantes produziram análises complexas da estrutura e do processo de representação, das estruturas culturais e económicas que os suportam, das relações sociais que produzem um discurso genderizado e da natureza da identidade genderizada”. (pág.9) Na sua investigação, a autora encontrou ainda a informação de que a violência exercida sobre a mulher violentada era conhecida pelos mais próximos (vizinhos, família, ou até mesmo pelas autoridades), imperando o silêncio. Neste sentido, é possível observar que as questões de género não são consensos fáceis, visto que, “os temas e os argumentos prosperam ou fracassam a partir da gestão contingente que deles é feita e que depende quer de procedimentos rotinizados, quer de fatores estruturais” (Simões, 2021, p.56).

Rita Basílio Simões alerta para o aniquilamento simbólico das mulheres na cobertura noticiosa, predominando os valores sociais masculinos e desvalorizando as mulheres, associando-as a “ornamentos infantis que precisam de ser protegidas”. Deste modo, a autora identifica nos *media* “a reprodução de consensos sobre normas e mitos societários excludentes das mulheres e que, portanto, oferece um terreno limitado de luta pela justiça” (Simões, 2014, p.35). Como já foi dito anteriormente, os *media* tendem a mostrar os homens como líderes instrumentais, trabalhadores ativos e responsáveis pelas decisões fora de casa. Por sua vez, as mulheres são vistas como emocionais na resolução de conflitos dentro do lar e nas notícias raramente são citadas. Quando acontece, na maioria das vezes, são acompanhadas por “porta-vozes” homens que dão a sua visão dos acontecimentos. Como se pode ler em *Crime, Castigo e Género nas Sociedades*

Mediatizadas de Rita Simões, os dados relativos a Portugal mostram que apenas 23% das mulheres tiveram presença nas notícias e que os homens é que foram os sujeitos, nos tópicos considerados. Portanto, “não se trata de colocar em relevo como os *media* distorcem a realidade, mas de salientar que a produção discursiva mediática cria realidades que reproduzem sistemas de valores seculares, tais como o patriarcado”. (Simões, 2011, pág. 360) Para Simões, existe uma sub-representação nos conteúdos mediáticos da presença feminista e das preocupações das mulheres que “tem sido entendida como um claro indício da sua generalizada desvalorização social” (Simões, 2011, 363). A autora refere ainda que as questões feministas têm revelado como os propósitos que defendem são diminuídos ou até desacreditados pelos *media*. A violência contra as mulheres tem sido construída nos *media* como um problema de lei e ordem e só começou a ser enquadrada como um tema noticioso independente, na imprensa portuguesa, na década de 2000, devido à intensificação da sua presença como tópico mediático. Embora as pesquisas feministas dos *media* demonstrem o poder emancipador da visibilidade da violência, esta ainda é abordada de uma forma muito contingente:

Com frequência, formas de violência que configuram, no direito internacional, um problema da ordem dos direitos humanos são retratadas como questões privadas e pessoais das mulheres. [...] no momento em que as agressões contra as mulheres perpetradas por um parceiro íntimo contornam a barreira que as separa da publicidade, estas não tendem a ser objeto de um profundo e aturado debate. (Simões, 2014, p.35)

No que diz respeito às histórias de violência entre celebridades, o desempenho mediático que promove a consciencialização da violência contra as mulheres não é necessariamente adequado pois, nem sempre, “nos *media*, o pessoal é político” (Simões, 2021, p.86) Esta ideia está próxima das reflexões de Maria João Silveirinha acerca da problemática da violência de género nos *media* portugueses. Silveirinha sustenta que “nos *media*, o pessoal não é sempre político”, pelo que defende ser “irrealista acreditar que existe algum tipo de espaço público mediatizado em termos de racionalidade crítica, de busca de consenso ou de avanço do melhor argumento”. (2006 pp.88-89)

Neste sentido, a violência doméstica praticada por indivíduos com notoriedade gera conhecimento importante que pode ser conduzido para “outras esferas de produção de conhecimento, de discussão e de deliberação”. Ou seja, a cobertura noticiosa de violência doméstica cometida por famosos/celebridades ajuda a contribuir para a

consciencialização geral do fenómeno. Como esclarece Silveirinha, e depois de examinar alguns acontecimentos de violência entre figuras públicas, os *media* nacionais “oblitera(m) o político”, focando-se particularmente “na intriga pessoal, no escândalo ou na tragédia, a personalização das notícias faz do «pessoal» não só o ponto de partida, mas também o ponto de chegada, despojando o assunto de todas as suas implicações morais que deveriam ser objeto de discussão” (2006, pág. 89). De um modo geral, se os *media* têm um papel determinante para a reprodução do *status quo*, também importa frisar que é devido à sua cobertura dos casos extremos de violência (femicídio), que são os que os *media* portugueses dão mais ênfase, que é feita a passagem da violência para a preocupação das sociedades. Este fenómeno não é novo, mas a extensão da sua perceção como um conflito de domínio público varia com o tempo, sendo a cobertura mediática um dos principais fatores que influenciam essa variação. (Maxwell et al, 2000)

Importa concluir que os *media* têm tido progressos no sentido que conferem à violência de género. Contudo, “a produção informativa não deixou de reproduzir maioritariamente imagens contingentes das ofensas, dos ofensores, e das vítimas, que reproduzem visões hegemónicas da sociedade (Simões, 2021, p.80). As notícias sobre violência de género passaram a incluir mais informações contextuais sobre as causas da violência, um aumento no uso de informação de locais sobre onde é possível encontrar ajuda e uma redução no sensacionalismo e na culpabilização direta da vítima, contribuindo para a discussão e compreensão da natureza estrutural do fenómeno.

Capítulo II: O *framing* nos estudos de comunicação e *media*

2.1 O conceito de *framing*

A discussão acadêmica em redor do conceito de *framing*, traduzido em português como enquadramento, não teve as suas origens nos estudos de jornalismo. Pelo contrário, antes de ser utilizado para a análise das notícias, foi desenvolvido na antropologia, na sociologia e na psicologia. Este conceito foi originalmente proposto pelo antropólogo e epistemólogo Gregory Bateson, na década de 1950, em estudos sobre a interação. Em *Steps to an Ecology of Mind*¹⁰(1972 [1954]), o autor utiliza o conceito de *frame* com o objetivo de perceber como o ser humano apreende a realidade ao seu redor. Bateson analisa os “paradoxos de abstração da comunicação verbal” (1972, p.177) a dois níveis: metalinguístico e metacomunicativo, referindo o termo *frame* como um conceito psicológico que relaciona com a noção de contexto. Para entender esses níveis presentes na comunicação humana, observou a interação entre animais com o intuito de “procurar critérios comportamentais que pudessem indicar se um determinado organismo é ou não capaz de reconhecer que os sinais emitidos por si e por outros membros da espécie são sinais” (Bateson, 1987, p.139). Neste sentido, a partir da observação de uma brincadeira entre macacos, Bateson propôs a uma primeira definição de enquadramento:

(...) Vi dois macacos jovens a brincar, ou seja, envolvidos numa sequência interativa na qual as ações ou sinais, individualmente, eram semelhantes, mas não iguais aos de um combate. Era evidente, mesmo para o observador humano que, para os macacos envolvidos na atividade, aquilo era um “não combate”. Esse fenómeno, o da brincadeira, só poderia ocorrer se os organismos participantes fossem capazes de algum grau de metacomunicação, isto é, de trocar sinais que levassem à mensagem “Isto é brincadeira” (Bateson, 1987 p. 140)

A mensagem “Isto é brincadeira” é o enquadramento que permite entender o que está a acontecer naquela situação. Assim, enquadrar, a acepção de Bateson, significa delimitar um conjunto de mensagens (ou ações significativas) que adquirem sentido na situação partilhada pelos interlocutores. É através do enquadramento que é possível compreender a percepção, a construção e a ação dos indivíduos na realidade, pois funciona como

¹⁰ *Steps to an Ecology of Mind* é uma coleção de várias obras de Gregory Bateson. *A Theory of Play and Fantasy* insere-se na parte 3 do livro, onde o autor utiliza o conceito de enquadramento. Este texto foi apresentado, em 1954, num encontro da Associação Americana de Psiquiatria, e consta deste volume.

instrumentos de análise, operando a nível metalinguístico. Para Bateson, a analogia de uma moldura é a que melhor se adequa à definição de *frame*. Partindo da noção de quadro psicológico, o *frame* organiza a percepção do sujeito, incitando a que este tenha em conta o que está dentro e se ignore o que está fora: “A moldura à volta de uma imagem, se a considerarmos como uma mensagem, para dar ordem ou organizar a percepção do observador, diz toma atenção àquilo que está dentro e não tomes atenção àquilo que está fora¹¹” (1987, p.144). Bateson considera ainda que o *frame* é metacomunicativo e que “qualquer mensagem que explícita ou implicitamente defina um enquadramento” ajuda o recetor na sua tentativa de compreender as mensagens que estão incluídas no quadro. Deste modo, “toda a mensagem metacomunicativa é ou define um quadro psicológico” (Bateson, 1987, p.145). O antropólogo norte-americano socorre-se do conceito de *frame* para explicar os motivos utilizados pelos intervenientes das mensagens para adotar ou excluir certos aspetos da realidade. Os *frames* são assim vistos como estruturas que o ser humano utiliza para interpretar e compreender os acontecimentos, ajudando-o na formação de pautas de conduta na sua vida quotidiana.

Sob a inspiração de Bateson, o teórico canadiano Erving Goffman foi o primeiro a transpor este conceito para a sociologia. Em *Frame Analysis: An Essay On The Organization Of Experience*, publicado em 1986, Goffman procura caracterizar como os indivíduos entendem e respondem às situações sociais a partir do modo como organizam a sua vida. A partir da interrogação “O que é que se passa aqui?¹²”, mostra como um acontecimento pode ser descrito num enquadramento que é largo ou estreito, próximo ou distante, e que “interesses diferentes gerarão relevâncias motivacionais diferentes. Ocorre o mesmo com a perspetiva: dois sujeitos em pontos ou situações distintas terão visões ligeiramente diferentes do que nelas ocorre: “o que é o jogo para o golfista é trabalho para o caddy””. (Goffman, 2006 [1986], p. 9)

Na linha argumentativa de Bateson, Goffman refere que “as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que regulam os acontecimentos – pelo menos os sociais - e o nosso envolvimento subjetivo neles; o

¹¹ No original pode ler-se: “ The frame around a picture, if we consider this frame as a message intended to order or organize the perception of the viewer, says, “Attend to what is within and do not attend to what is outside.”.

¹² “What is going on here?” e “Under what circumstances do we think things are real?” são as questões que orientam toda a obra *Frame Analysis* e às quais o autor se propõe a dar resposta através da forma como os indivíduos tratam os acontecimentos que estão diante de si.

enquadramento é a palavra que eu uso para me referir a estes elementos básicos que consigo identificar.” (Goffman, 2006 [1986], p.10-11). Descreve, assim, o *frame* como uma “estrutura cognitiva empregada subjetivamente pelo indivíduo com o objetivo de que este possa atribuir significados aos objetos e aos acontecimentos físicos e abstratos que o rodeiam” (Goffman, 2006/1986, p.28). Dito de outro modo, os enquadramentos são estruturas que guiam a percepção e a representação da realidade. Regra geral, os enquadramentos não são produzidos de modo consciente, mas adotados inconscientemente no curso do processo comunicativo. Deste modo, quando um indivíduo está perante uma situação, é necessário entender qual é o quadro que a organiza e, conseqüentemente, qual a posição que se deve adotar diante dele. Goffman salienta ainda que “na maioria das situações, acontecem muitas coisas ao mesmo tempo”, o que permite a sobreposição de quadros (Goffman, 2006[1986], p.9). Quando tal ocorre, revela-se fundamental isolar alguns desses quadros presentes na sociedade. A organização da experiência utiliza recursos que Goffman designa de “quadros primários”, “chaves” e “fabricações”. Por quadros primários, entende-se o ato de dar significado a algo que num primeiro momento é desprovido de significação, isto é, atribuir sentido a algo sem a necessidade de recorrer a outros enquadramentos. Nas suas palavras, “todo o marco de referência primário permite ao indivíduo situar, perceber e identificar um número aparentemente infinito de acontecimentos concretos” (Goffman, 2006 [1986] p. 23). Goffman considera a existência de dois grandes grupos de quadros primários: os naturais e os sociais. Os quadros de referência naturais identificam “ocorrências vistas como não direcionadas, sem orientação, sem animação, e "puramente físicas". Já os quadros de referência sociais “fornecem uma compreensão básica de acontecimentos que incorporam a vontade, o objetivo e o esforço de controlo de uma inteligência, uma agência viva, sendo a principal delas o ser humano. Tal agência é tudo menos implacável; pode ser persuadido, lisonjeado, ofendido e ameaçado” (Goffman, 2006 [1986], p. 24). No que respeita aos processos que Goffman denomina como chaves (*keyings*), o enquadramento dá as instruções necessárias para interpretarmos um assunto, sendo que podem variar e transformar-se em múltiplas realidades, uma vez que a realidade é constituída por camadas ou bases (*layers*) em que nos podemos deslocar (Goffman, 2006[1986], p. 43-44). Já as “fabricações” pertencem a um conjunto de enquadramentos de significado que são, relativamente à estrutura primária, secundários. Isto é, a fabricação implica uma diferença entre o que é enquadramento para alguns intervenientes e o que é para outros. O sociólogo explica que entendemos os acontecimentos em termos de marcos de

referência primários e o tipo de marco de referência que utilizamos proporciona uma maneira de descrever o acontecimento a que se aplica. Logo, os atos da vida quotidiana são compreensíveis sobre a base de algum marco de referência primário que nos informam sobre o que está a ocorrer. “A própria vida social está organizada de modo a que os indivíduos sejam capazes de entendê-la e manejá-la” (Goffman, 2006[1986], p.28). Como tal, à luz desta proposta, os *frames* que os indivíduos utilizam não só organizam o sentido que eles dão às suas experiências, mas também ao seu envolvimento nelas. É por essa razão que os enquadramentos estruturam a nossa experiência da realidade ao definir não só a forma como interpretamos as situações, mas também como interagimos com os outros.

A concetualização sociológica de *frame* avançada por Goffman, foi o mote para a sua aplicação a outros domínios das ciências sociais e humanas, tendo o conceito ganho diversas aplicações em diferentes domínios disciplinares, desde a sociologia através de autores como *Gamson (1987)* e *Modigliani*, à psicologia com Kahneman (2003); Kahneman (1979) e Tversky (1984), à linguística (Lakoff e Johnson, 1981), entre outras. O interesse dos estudos de comunicação e jornalismo pelo *framing* têm-se revelado muito profícuo. A transposição do conceito de *frame* para os estudos do jornalismo tem vindo a ser proposta e experimentada por vários autores, onde se destacam Tuchman (1978), Gitlin (1980), Entman (1993) e Scheufele (1999). Não existe um verdadeiro consenso entre os investigadores sobre o que são, afinal, os enquadramentos e sobre como os indivíduos e as culturas fazem uso deles, o que tem levado alguns pesquisadores a falarem de um “paradigma fraturado” (Entman, 1993; Fisher, 1997).

2.2 A aplicabilidade do *frame* nos estudos jornalísticos

As noções de *frame*, desenvolvidas por Goffman, tornaram-se essenciais à compreensão do trabalho de produção jornalística. Tal como, a câmara de filmar capta apenas um ângulo (ou enquadramento), do mesmo modo, as notícias apresentam os acontecimentos mediante um determinado ponto de vista. Assim, os acontecimentos são organizados pelos *media* através de estratégias de interpretação correspondentes a diferentes enquadramentos que delimitam o sentido atribuído por uma notícia a um evento.

O quadro simbólico das notícias organiza, portanto, a realidade do quotidiano em “tiras”, conceito utilizado por Goffman para explicar “a fatia ou o corte arbitrário na corrente das atividades em curso¹³” (2006, p.10). Neste sentido, a análise de quadros simbólicos utilizada por Goffman confere às notícias um carácter de dupla realidade visto que, uma dada situação é transformada em acontecimento e conseqüentemente, transformada em notícia. Os *framings* funcionam como quadros de interpretação da realidade que selecionam, excluem, contextualizam e recontextualizam factos. Todo este processo aplicado ao campo do jornalismo contribui para a construção da parte da realidade social que nos é apresentada.

Gaye Tuchmann, inspirada em Goffman, foi das primeiras autoras nos estudos jornalísticos a recorrer ao conceito de *frame* para as suas pesquisas sobre a construção social da realidade. Embora a autora se distancie do conceito proposto por Goffman, pelo facto de não conter uma explicação dos mecanismos que operam a transformação dos acontecimentos em notícias, Tuchman considera que os enquadramentos organizam em tiras o mundo quotidiano, e colocam em ordem os acontecimentos do mundo social, tornando-os em acontecimentos com significado. Em *Making News: A Study in the Construction of Reality* (1978), Tuchmann procura explicar as influências estruturais das organizações, da ideologia e das rotinas dos jornalistas na seleção e construção das notícias. Argumenta que a produção noticiosa, o suporte mediático, bem como, as atitudes e rotinas dos profissionais são elementos determinantes na escolha do enquadramento, o

¹³ No original pode ler-se: “El término franja (strip) se usará para referirse a cualquier corte o banda arbitraria de la corriente de actividad en curso (...)”

que leva à exploração de determinados temas em detrimento de outros. Na sua atividade diária, o jornalista trabalha de acordo com regras organizacionais que condicionam o campo de ação, o que leva a que a notícia não seja uma mera unidade do real. A notícia não espelha a realidade, ela é uma forma de construção da realidade. A percepção da realidade do recetor está condicionada e ajusta-se deste modo às opções decorrentes do processo de produção noticiosa. Assim, através da análise da produção dos enquadramentos, a teórica norte-americana procura encontrar explicações para os mecanismos utilizados por um grupo profissional com rotinas e valores próprios no momento da “ação de fazer notícias” (1978 p. 12). Do seu ponto de vista, a produção noticiosa é, portanto, uma construção manipulada pelo jornalista, que está sujeito a decisões profissionais e que utiliza os acontecimentos como matéria-prima para poder incluir ou excluir a informação que considera mais ou menos importante. A socióloga refere ainda que “a rede de notícias impõe ordem no mundo social pois permite que os acontecimentos noticiosos ocorram em determinados locais, mas não noutros” (Tuchmann, 1978 p. 23) e que as notícias são “uma janela para o mundo que pretendem dar-nos aquilo que queremos saber, necessitamos de saber e devemos saber” (Tuchmann, 1978, p. 1).

Anos mais tarde, Todd Gitlin, em *The Whole World is Watching* (1980), inspirado nas leituras de Tuchmann, analisou o modo como os principais *media* cobriram a emergência do movimento estudantil da “nova esquerda” norte-americana nos anos 60, na tentativa de compreender quais os acontecimentos e as retóricas que foram considerados merecedores de noticiabilidade ao longo dos tempos. Neste sentido, considera que os enquadramentos dos *media*:

[...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, num grau importante, para os públicos que consomem as notícias. Os enquadramentos mediáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, por meio dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira. (Gitlin, 1980, pp. 6 e 7)

Como se pode compreender, para Gitlin, os enquadramentos têm uma dupla função: organizam o mundo quer para os jornalistas, quer para as audiências. E um dos objetivos do estudo do autor concentra-se naquilo que se designaria por enquadramento temático da realidade, isto é, a análise dos temas mais destacados pelos *media* na cobertura de um acontecimento, que se apresenta aos jornalistas sempre com diversas hipóteses de seleção e ênfase.

Robert Entman, por sua vez, classifica os enquadramentos de notícias em duas categorias: como princípios mentais ou esquemas de processamento de informação e como características do texto noticioso (Entman, 1991). Ou seja, ao se repetirem e, por isso, reforçarem palavras e imagens que referenciam algumas ideias ao invés de outras, os enquadramentos tornam essas mesmas ideias mais salientes no texto, enquanto que outras menos e outras completamente invisíveis. Neste sentido, o autor considera que o jornalista ao recorrer à utilização de *frames*, de elementos-chave, como imagens ou frases fornece uma determinada interpretação do acontecimento, aumentando a probabilidade dos recetores perceberem e armazenarem essa informação. Segundo Entman, as orientações dos enquadramentos são difíceis de identificar, visto que, existem muitas “estratégias” que podem parecer naturais, como simples escolhas de imagens ou palavras. A comparação com outros textos, porém, mostra que essas escolhas não são inevitáveis, sendo importantes para a maneira como a notícia enquadra e dá significado aos acontecimentos. Para Entman, o enquadramento envolve essencialmente a seleção e a saliência:

(...) Enquadrar é seleccionar alguns aspetos da realidade apercebida e torná-los mais salientes em um texto de comunicação, de modo a promover a definição de problemas específicos, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito [...] Um exemplo é o quadro de "guerra fria" que dominou o noticiário dos EUA e do estrangeiro até recentemente. A guerra fria destacou certos eventos estrangeiros - digamos guerras civis - como problemas, identificou sua fonte (rebeldes comunistas), ofereceu julgamentos morais (agressão ateísta) e elogiou soluções particulares (apoio dos EUA ao outro lado).” (Entman, 1993)

É com base nesta definição que Entman identifica quatro funções do enquadramento: definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções (Entman, 1993 p.52). Por outras palavras, os *frames* começam por definir os acontecimentos originados por um determinado agente causal. De seguida, identificam os pontos que deram origem ao problema e avaliam os agentes causais e os seus efeitos. E, por fim, oferecem e justificam medidas para resolver os problemas em questão. Segundo o autor, o enquadramento como um processo de interação social, também pode ser classificado em quatro níveis intervenientes na produção de sentido: os comunicadores, o texto produzido por eles, o recetor e a cultura. Isto é, através de *frames* que organizam os seus valores e as suas crenças, o comunicador produz um enquadramento quando decide aquilo que vai dizer. De seguida, o texto produzido ao conter a presença de determinadas palavras ou frases-chave remete para o reforço de um

conjunto de ideias. O recetor, por sua vez, com as suas próprias interpretações pode ou não refletir sobre os enquadramentos do texto e a intenção do *framing* do comunicador. Por último, a cultura, que consiste “no «stock» de enquadramentos comuns invocados nas instâncias anteriores, pois constitui a origem dos enquadramentos exibidos no discurso e pensamento da maioria dos indivíduos de um determinado grupo social (Gonçalves, 2005, p.157, por Entman, 1993, p.53).

Robert Entman considera, ainda, que o enquadramento transposto para os estudos do jornalismo diz respeito à capacidade de os meios produzirem e disseminarem implicitamente uma interpretação do mundo. Esta visão ficou explícita quando estudou o racismo através da análise de peças televisivas. Verificou que nos acontecimentos que envolveram jovens de diferentes etnias, a “perspetiva branca do acontecimento dominou a história (1997, p.284). As duas raparigas identificadas como “negras” nunca foram citadas e o autor considerou que “nas estórias analisadas, o crime reportado mostrou os negros como particularmente ameaçadores” (1997, p.286).

As pesquisas de Shanto Iyengar sobre a televisão também são um bom exemplo da aplicação do *framing* nas práticas jornalísticas. Segundo o investigador, num estudo sobre o enquadramento mediático dos assuntos políticos¹⁴ pela televisão, é possível a distinção entre enquadramentos temáticos e episódicos: “os enquadramentos noticiosos episódicos focam acontecimentos específicos ou casos particulares, enquanto os temáticos colocam os assuntos políticos e os acontecimentos num enquadramento geral” (1991, p.2). Assim, enquadramentos episódicos e temáticos diferem no facto de os primeiros abarcarem acontecimentos concretos que ilustram assuntos, enquanto que os segundos apresentam uma evidência coletiva geral. (1991, p.14)

Como tentamos ilustrar, escudados na literatura sobre este conceito, os *media* funcionam como a moldura, a janela pela qual a opinião pública acede à realidade, realidade essa que é construída e organizada através de notícias que são, elas próprias, dispositivos de enquadramento (Gradim, 2016 p. 56) Deste modo, o *frame* é utilizado pelo jornalista na tentativa de enquadrar um acontecimento de um determinado modo e

¹⁴ O objetivo do investigador consistiu em tentar demonstrar como que é que estes dois tipos de enquadramentos podiam influenciar diretamente a forma como as audiências tendem a atribuir as responsabilidades dos problemas políticos.

não de outro, destacando alguns aspetos em detrimento de outros. Assim, como afirma Sousa, os enquadramentos jornalísticos de um determinado acontecimento não são neutros, nem são escolhidos de forma aleatória; são induzidos pelo ecossistema mediático, mas também por fontes interessadas e pelos jornalistas (cf. Sousa, 2008, p.39). “O conceito de enquadramento refere-se a uma alteração subtil na indicação ou apresentação de julgamentos e escolha de problemas” (Iyengar, 1991 p.11) tornando-se de tal maneira importante que pode condicionar a forma como um acontecimento é encarado social e politicamente.

2.3 Relação entre *Framing* e *Agenda-setting*

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (Shaw, 1979 por Wolf, 1999, p.94)

A literatura recente tem vindo a estabelecer a relação entre o *framing* e o *agenda-setting*, pelo facto de se considerar que a escolha de determinado tipo de temas em detrimento de outros representa um fator de grande importância no estudo do agendamento. A teoria do agendamento (*agenda-setting*), foi enunciada e desenvolvida pelos Maxwell McCombs e Donald Shaw em 1972, num artigo publicado no *Public Opinion Quarterly*, intitulado “The agenda-setting function of mass media”. Os antecedentes desta hipótese podem ser detetados em *Public Opinion* de Walter Lippmann¹⁵, publicado em 1922. Nessa obra pioneira dos estudos sobre opinião pública, Lippmann defende que “a *media* constrói e apresenta ao público um pseudoambiente¹⁶ que significativamente condiciona como o público vê o mundo” (2008, p. 47). Quatro décadas mais tarde, Bernard Cohen, em *The Press and Foreign Policy* (1963), avança com a hipótese de que “a imprensa não tem muito sucesso em dizer às pessoas o que pensar, mas é incrivelmente bem-sucedida em dizer aos seus leitores sobre o que eles têm de pensar” (1963, p.13).

Estas referências foram fundamentais para McCombs e Shaw avançarem com a hipótese da influência cognitiva dos *media* na formação da opinião pública. O estudo, publicado em 1972, reuniu 100 eleitores¹⁷ de Chapel Hill, hesitantes acerca das questões

¹⁵ Walter Lippmann é considerado a referência pioneira para o estudo do agendamento, mais tarde desenvolvido e testado por McCombs e Shaw.

¹⁶ O conceito de pseudoambiente precede e equivale, de certa maneira, ao conceito de mapa, elaborado por Bernard Cohen, cientista e historiador norte-americano.

¹⁷ No original pode ler-se: “To select these 100 respondents a filter question was used to identify those who had not yet definitely decided how to vote—presumably those most open or susceptible to campaign information. Only those not yet fully committed to a particular candidate were interviewed.”

que mais os preocupavam relativamente às eleições que haviam sucedido. De acordo com as respostas obtidas, os resultados apontaram para uma correlação quase perfeita entre os assuntos mais noticiados pelos *media* e as preocupações apontadas pelos eleitores:

“os julgamentos dos eleitores parecem refletir a composição da cobertura dos *media* de massas. Isso sugere que eles prestam alguma atenção a todas as notícias políticas, independentemente de ser de qualquer candidato favorecido em particular.” (McCombs e Shaw, 1972 p.181). Neste sentido, o estudo conclui que “os eleitores tendem a partilhar a definição composta dos *media* acerca do que é importante” o que, tal como temos vindo a provar, sugere uma “forte função de agendamento dos mass media.” (McCombs, Shaw 1972 p.184). Seguindo este mesmo raciocínio, os autores definiram a teoria do agendamento como o resultado que se estabelece entre o destaque de um acontecimento por parte dos *media* e as prioridades temáticas expressas pelos membros de uma audiência depois do impacto dos mesmos *media* sobre eles:

Os leitores aprendem não só sobre um determinado assunto, mas também sobre quanta importância dar a esse assunto a partir da quantidade de informação numa notícia e a sua posição. Ao refletir o que os candidatos estão a dizer durante a campanha, os *media* podem muito bem determinar as questões importantes, isto é, os *media* podem definir a agenda da campanha. (McCombs e Shaw, 1972, p. 176)

O *agenda-setting* ao focar-se mais em certos factos do que noutros e ao categorizar os objetos noticiosos através de atributos modifica a relevância que o público dá a esses temas e contribui para o desenvolvimento da opinião, define a agenda pública – *public agenda*¹⁸.

Passadas duas décadas, McCombs, Shaw e Weaver complexificam a hipótese inicial do *agenda-setting*, colocando a possibilidade de o poder de agendamento não dizer apenas respeito ao pressuposto de que as notícias nos dizem sobre o que pensar, mas também como pensar determinado assunto. O *agenda-setting* é consideravelmente mais do que a clássica asserção que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias dizem-nos igualmente como pensar sobre o assunto. Tanto a seleção de objetos para a atenção e a

¹⁸ O *agenda-setting* ao definir quais os assuntos mais importantes influencia três tipos de agenda: a agenda mediática – *media agenda* –, a agenda pública – *public agenda* –, e a agenda política – *policy agenda*.

seleção dos enquadramentos para pensar são poderosos papéis do *agenda-setting* (McCombs e Shaw, 1993, p.62).

McCombs e Shaw (1993) consideram que a teoria do agendamento através do modo como influencia a percepção da audiência ao destacar determinados factos, origina um primeiro nível de *agenda-setting* e através da saliência de atributos criam um segundo nível, onde atuaria o *framing*. Isto é, o *agenda-setting* diria respeito ao que pensar, enquanto que o *framing* a como pensar os assuntos agendados.

Na década de 1990, a hipótese do *agenda-setting* evoluiu para um segundo nível de agendamento que pode ser designado por *framing*. Daí que McCombs, Shaw e Weaver (1997) considerem que este não está só relacionado com o *agenda-setting* como é na realidade uma extensão da mesma teoria. Assim, o *framing* diz respeito ao facto de os *media* não só terem o poder de determinar o conjunto de assuntos sobre os quais devemos pensar, como também nos diz como pensá-los. Neste sentido, o segundo nível de *agenda-setting* pressupõe a forte relação existente entre a forma como os *media* enquadram um determinado facto e a seleção de atributos que as audiências utilizam para construir a imagem, por exemplo, de um político durante as eleições. Vai daí que McCombs, Shaw e Weaver afirmem que:

[...] o papel desempenhado pelos *media* não se reduz ao campo das prioridades sociais (questões de primeiro nível de agendamento), mas se estende também a seleção de características (ou atributos) específicas dos candidatos das quais os eleitores irão modelar suas próprias opiniões sobre tais candidatos. Os *media* podem não ditar aos eleitores qual será sua opinião sobre os candidatos, mas pode muito bem direcionar, guiar, ou orientar o conteúdo do que o público julga valer a pena dizer sobre eles em um grau significativo (1997, p. 706)

Nesta linha de pensamento, já é possível estabelecer a relação entre *agenda-setting* e *framing*. Enquanto que o *agenda-setting* se refere à influência da saliência dos assuntos noticiados, o *framing* diz respeito ao ângulo dado ao assunto noticiado. (McCombs, Shaw, & Weaver, 1997). A ideia de enquadramento sugere, deste modo, o ângulo de abordagem que é dado aos assuntos existentes nos *media* e consequentemente com a interpretação desses assuntos pelo público.

Se para alguns investigadores o *agenda-setting* e o *framing* são conceitos semelhantes, visto que os *media* nos dizem sobre o que pensar e como devemos pensar, por outro lado, Robert Entman critica a atribuição do *frame* como sendo um mero atributo e considera que o poder do *agenda-setting* está entre a distinção sobre quais assuntos eu estou a pensar e o que eu penso sobre determinada coisa ou assunto. O autor argumenta que o conceito de enquadramento oferece consistentemente uma maneira de descrever o poder de um texto em comunicação. A análise de quadros ilumina a maneira precisa pela qual a influência sobre a consciência humana é exercida pela transferência (ou comunicação) de informações de um local - como um discurso, pronunciamento, reportagem ou romance - para essa consciência¹⁹. (Entman, 1993, p.51, tradução livre)

Também Scheufele (1999) explica que enquanto o *agenda-setting* se ocupa da seleção e destaque das notícias, referindo-se ao objeto, o *framing* seleciona e dá destaque aos termos divulgados, referindo-se aos atributos de transmissão, concluindo, deste modo, que estes dois conceitos não podem ser entendidos como semelhantes. Ou seja, o autor considera que o *framing* influencia o modo como a audiência pensa sobre os assuntos, não ao tornar os aspetos mais salientes, mas ao invocar esquemas interpretativos. Se por um lado, a teoria do agendamento explica o maior ou menor relevo, de uma determinada questão, dos *media* para o público, por sua vez, o *framing* explica a mesma transmissão de um determinado acontecimento, mas acentua ou omite um conjunto de propriedades desse objeto de análise.

De um modo geral, a teoria do *agenda-setting* é considerada uma das hipóteses mais importantes para o estudo dos efeitos dos meios de comunicação na opinião pública. A construção da realidade por parte dos *media* constitui, por isso, uma importante projeção dos acontecimentos na opinião pública, ao mesmo tempo, que oferece temas que são objeto de reflexão, atribuindo aos *media* um papel fundamental na disseminação das informações na contemporaneidade. Também o *framing*, ao identificar e enquadrar os termos de um acontecimento, direciona a atenção do público e a formação da sua opinião.

¹⁹No original pode ler-se: “the concept of framing consistently offers a way to describe the power of a communicating text. Analysis of frames illuminates the precise way in which influence over a human consciousness is exerted by the transfer (or communication) of information from one location – such as a speech, utterance, news report, or novel – to that consciousness.” (Entman, 1993, 51)

Como refere Scheufele (1999), “a media constrói a realidade social através do enquadramento de imagens da realidade.”

Capítulo III: O caso de acusação da alegada violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga no *Correio da Manhã* e *Jornal de Notícias*

3.1 Estratégia Metodológica

O exercício investigativo que aqui se desenvolve procura comparar os enquadramentos noticiosos do caso Cristiano Ronaldo e Kathryn Mayorga em dois jornais diários portugueses: o *Correio da Manhã* e o *Jornal de Notícias*. O primeiro situado no espectro dos jornais nacionais de tipo generalista, popular, sensacionalista; e o segundo situado no espectro dos jornais nacionais de tipo generalista, com maior incidência na cobertura da região norte do país. A análise contempla um ano e um mês de cobertura jornalística (1 setembro de 2018 a 30 de setembro de 2019), período em que decorre a primeira acusação pública de violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga até à decisão dos tribunais.

O *Correio da Manhã* saiu para as bancas pela primeira vez a 19 de março de 1979. Os seus fundadores foram Carlos Barbosa, Nuno Rocha e Vítor Direito. Líder de mercado em Portugal, o *CM* passou a fazer parte do grupo Cofina em 2000 e “representa um projeto jornalístico de informação geral centrado nos interesses do leitor, que diariamente procura servir e a quem dá voz na edição em papel, via net ou noutras plataformas técnicas de acesso à informação e à interatividade.”²⁰ Para além da versão em papel, o *CM* passou a ter uma versão *online* a partir de julho de 2002 e em março de 2013 entrou no espaço televisivo com o canal CMTV (um canal de cariz informativo, que privilegia as notícias de última hora). Desde 24 de fevereiro de 2007 que o diretor-geral é Octávio Ribeiro.

O *JN* é um jornal político lançado no Porto em 1888, surgindo de uma iniciativa do Partido Regenerador, e tornou-se num dos jornais de maior expansão em Portugal, especialmente a seguir à revolução democrática de 25 de abril de 1974. Segundo Lima, “surgiu num tempo novo em termos informativos. O periódico, nos primeiros anos de vida evidencia uma ambivalência que se coadunava com os tempos.” (2008). Após a Revolução, o jornal aumentou significativamente as suas vendas, tornando-se em 1978 o jornal nacional com maior número de leitores²¹. Atualmente, o *JN* é propriedade do

²⁰ Retirado de:

https://www.cmjornal.pt/mais-cm/lei-datransparencia/detalhe/estatuto_editorial?ref=geral Footer Acesso a: 15-05-2021.

²¹ Retirado de: [https://www.infopedia.pt/\\$jornal-de-noticias](https://www.infopedia.pt/$jornal-de-noticias). Acesso a: 15-05-2021.

Global Notícias – Media Group, S.A, e apesar do Norte do país ser a sua principal área de influência, “tem uma presença geográfica de âmbito nacional e conteúdos transversais a toda a população” (*Jornal de Notícias*, 2021).

O *JN* começou a colocar a sua edição na web²² no dia 26 de julho de 1995, tendo sido o primeiro diário português a fazê-lo, mantendo a “aposta nas plataformas digitais como meio de publicação e divulgação de conteúdos noticiosos que considera relevantes, apropriados e úteis para o público, pautado sempre pelo rigor e objetividade, mesmo tendo em atenção a fase controversa que a comunicação – em geral –, atravessa, não especificamente neste jornal ou no país mas sim em todo o mundo” (Pereira, 2017).

A análise levada a cabo contempla um ano e um mês de cobertura jornalística (1 setembro de 2018 a 30 de setembro de 2019), período em que decorre a primeira acusação pública de violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga até à decisão dos tribunais. Com o objetivo de tornar exequível esta investigação estabelecemos que a nossa pergunta de partida pretende perceber quais são os enquadramentos noticiosos conferidos ao caso mediático de violência de género e, com isto, propomos que este trabalho verifique ou refute as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: O tratamento noticioso da violência de género, a partir da hipótese do *framing*, revela-nos abordagens distintas do caso em estudo.

Hipótese 2: As notícias em análise apresentam diferentes enquadramentos noticiosos, quer do ponto de vista estrutural, das fontes, do *framing* e da imagem, quer se trate de um jornal de referência, ou de um jornal de pendor sensacionalista.

Hipótese 3: O conhecimento público e a interpretação deste caso está, assim, dependente da escolha do enquadramento noticioso de cada uma das publicações em análise.

²² Retirado de:

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/35200/1/ICS_JLGarcia_TDMartinho_OsMedia.pdf.

Acesso a: 15-05-2021.

3.2 Variáveis de análise

Para analisar de que forma os jornais em análise noticiaram o caso mediático da acusação de alegada violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga, definimos um conjunto de variáveis organizadas em 4 dimensões de análise: dimensão estrutural, dimensão das fontes, dimensão dos *framings* do texto, dimensão imagética de *framings*.

Na primeira dimensão, analisámos tudo o que diz respeito às estruturas onde a notícia está inserida, nomeadamente as páginas, a secção, os títulos, entre outros. Na dimensão das fontes, procura-se analisar e identificar as fontes que ajudaram na cobertura noticiosa do caso. Na dimensão dos *framings*, analisamos os conteúdos para perceber o modo como os jornais abordaram a notícia. E, por fim, analisa-se as imagens para perceber qual o tipo de posição que os protagonistas ocupam e a importância da sua presença na notícia.

Dimensão estrutural

- **(1) Título do periódico:** análise de dois periódicos diferentes para comparar os enquadramentos do mesmo estudo de caso;
- **(2) Data:** quadro temporal para contextualizar o acontecimento;
- **(3) Página:** identificação do número da página onde foi publicada a peça jornalística;
- **(4) Secção da notícia:** identificação da secção do jornal onde foi publicada a notícia;
- **(5) Género jornalístico:** identificar o modo como a peça jornalística surge no jornal (entrevista, reportagem, editorial...);
- **(6) Extensão da peça:** indica a dimensão da peça, para compreender o desenvolvimento que é dado ao caso;
- **(7) Título:** identificação do título da notícia (por extenso);
- **(8) Tipologia do título:** caracterização dos títulos segundo a tipologia de Estrela Serrano (informativo, apelativo, lúdico...);
- **(9) Autor (s):** – nome de quem escreveu a peça. A existir notícias que não são assinadas, utiliza-se o acrónimo ND: “Não Diz”;

- **(10) Género do jornalista:** identificação do género do/a jornalista.

Dimensão das fontes

- **(1) Caracterização das fontes:** fontes oficiais ou não oficiais e fonte não identificada;
- **(2) Fontes:** classificação das fontes segundo a Entidade Reguladora para a Comunicação Social²³ (fontes não personalizadas, fontes personalizadas, fontes documentais, outras);
- **(3) Identificação das fontes:** esta variável ajuda a fazer um levantamento das fontes identificadas através de citações ou da sua referência nas notícias para identificar qual a mais proeminente em cada caso (policiais, fontes anónimas, judiciais...);

Dimensão dos framings do texto

- **(1) Tom editorial:** considerar o caso como objeto de abordagem na condição de questão primária nos casos em que o tema aparece na capa do jornal e também quando o conteúdo das notícias aborda diretamente o caso. Como questão secundária, se os conteúdos das notícias mencionarem o caso, mas o assunto principal ser outro;
- **(2) Tipo de enquadramento:** identificar como o caso é abordado, em contexto geral ou específico (episódicos e temáticos);
- **(3) Enfoque do enquadramento:** considerar o tipo de posição dado ao caso em análise (positivo, negativo ou neutro).
- **(4) Framing noticioso:** os jornais podem encarar as notícias sobre estes casos com diferentes enquadramentos, sendo que em cada notícia iremos considerar os enquadramentos mais proeminentes: framing pessoal (a informação diz respeito

23

<http://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM3OiJtZWRpYS9lc3R1ZG9zL29iamVjdG9fb2ZmbGluZS84LjEucGRmIjtzOjY6InRpdHVsb3I7czoZNToiY2FwaXR1bG8tMS1vYmplY3Rpdm9zLWRvLWVzdHVkby1wZGYiO30=/capitulo-1-objectivos-do-estudo-pdf>

ao lado pessoal dos envolvidos), framing judicial/criminal (a peça aborda processos judiciais, investigações), framing desportivo, outros;

Dimensão imagética de framings

- **(1) Imagem:** se a peça jornalística é identificada com foto dos/as envolvidos/as;
- **(2) Identificação da imagem:** considerar todas as pessoas relacionadas com o acontecimento (protagonistas da violação, outros);
- **(3) Cenário:** identificar locais onde os envolvidos aparecem;
- **(4) Posicionamento dos protagonistas na imagem:** identificar os planos escolhidos para “pintar” a peça jornalística (plano geral, plano médio, primeiro plano...);

3.3 A cronologia da alegada violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga

Cristiano Ronaldo (CR7) terá conhecido a norte-americana Kathryn Mayorga, a 12 de junho de 2009, num clube noturno em Las Vegas, quando festejava a transferência do Manchester United para o Real Madrid por uma quantia de 94 milhões de euros. Na altura com 24 anos, Ronaldo passava férias com o cunhado e o primo, quando conheceu a modelo no setor VIP do *Rain*, uma boate do *Palms Casino Resort*. Nas primeiras horas dessa manhã, Ronaldo e Kathryn terão voltado a encontrar-se na *penthouse* de um hotel de luxo, local onde a modelo diz ter sido vítima de violação anal por parte do jogador português. A história manteve-se secreta até 19 de abril de 2017²⁴, altura em que a revista alemã *Der Spiegel* escreve, pela primeira vez, sobre o caso de Cristiano Ronaldo com a modelo, ainda sem identidade associada (Mayorga era apelidada de Susan K.). A 29 de setembro de 2018, depois de uma investigação prolongada levada a cabo pela mesma revista da qual resultou o artigo “The Woman Who Accuses Ronaldo of Rape”²⁵, veio pôr em causa a versão do atleta, que sempre afirmou que a relação sexual foi consensual.

“The Woman Who Accuses Ronaldo of Rape”, traduzido em português “A Mulher que acusa Ronaldo de Violação”, é um extenso trabalho jornalístico elaborado por uma vasta equipa da *Der Spiegel*. Tendo por base documentos e emails, a que teve acesso via Football Leaks²⁶, a revista reconstruiu toda a história desde aquela noite em 2009, em que os caminhos do jogador e da modelo se cruzaram até o caso se tornar público. A 12 de janeiro de 2010 terá existido um acordo extrajudicial com o objetivo de silenciar Kathryn Mayorga: em troca de 375 mil dólares (322 mil euros), a modelo desistia de seguir com o caso para a justiça e comprometia-se a nunca falar sobre o que tinha acontecido. Nove anos depois do acordo, a 28 de setembro de 2018, Mayorga resolveu acusar publicamente o futebolista português com o objetivo de levar o caso à justiça, o que o levou a ser reaberto pela polícia de Las Vegas.

²⁴ <https://www.spiegel.de/international/zeitgeist/der-spiegel-football-leaks-exclusive-cristiano-ronaldo-rape-allegation-a-1143910.html>

²⁵ <https://www.spiegel.de/international/cristiano-ronaldo-kathryn-mayorga-the-woman-who-accuses-ronaldo-of-rape-a-1230634.html>

²⁶ <https://shifter.sapo.pt/2017/01/football-leaks-uma-fuga-aqui-tao-perto/>

O caso fez manchetes na imprensa nacional e internacional até 22 de julho de 2019, data em que a procuradoria de Clark County²⁷, no estado norte-americano do Nevada, deixa cair as acusações contra Cristiano Ronaldo, que pediam dez anos de prisão para o acusado. Num comunicado divulgado, o Ministério Público norte-americano anunciou que não ia levar a julgamento o caso dos alegados abusos sexuais porque as suspeitas não foram provadas. De recordar, que a queixa de violação apresentada por Mayorga foi retirada ao nível do estado do Nevada e apresentada num tribunal federal. Na sequência dos acontecimentos, a procuradoria de Clark County afirmou que tinha dado entrada no gabinete do Procurador Distrital, no dia 8 de julho de 2019, um pedido de acusação. Após a revisão das provas conhecidas até à altura, "as alegações contra Cristiano Ronaldo de ataque sexual não podem ser provadas para além da dúvida razoável". O caso parecia estar encerrado, mas recentemente, Mayorga veio exigir nova indemnização a Cristiano Ronaldo. A ex-modelo vai submeter-se a avaliação psicológica para tentar provar que não estava bem quando aceitou fazer o acordo silencioso com Cristiano Ronaldo.²⁸

27

https://twitter.com/LasVegasDA/status/1153366287214530560?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1153366287214530560%7Ctwgr%5Eshare_3&ref_url=https%3A%2F%2Frr.sapo.pt%2F2019%2F07%2F23%2Fmundo%2Fcaso-mayorga-procuradoria-do-nevada-nao-vai-acusar-cristiano-ronaldo-de-violacao%2Fnoticia%2F158829%2F

28 <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/mayorga-exige-nova-indemnizacao-a-cristiano-ronaldo-e-vai-submeter-se-a-avaliacao-psicologica>

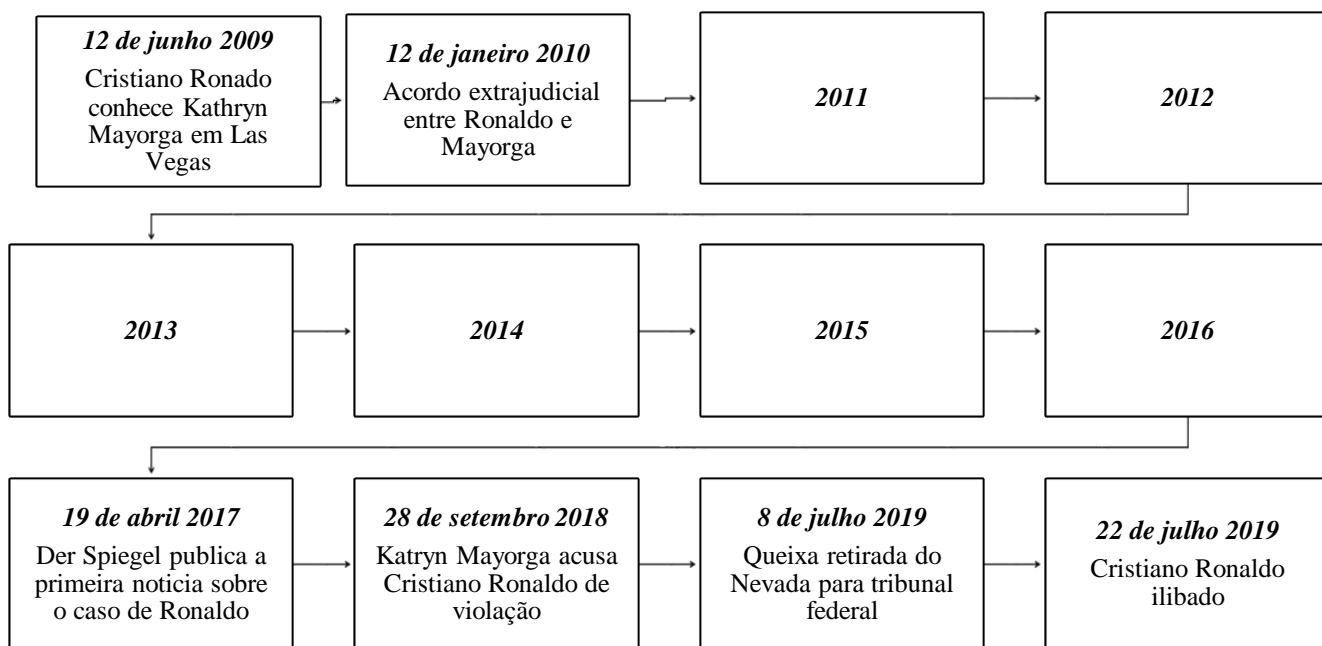


Figura 2: Sequência cronológica do caso Cristiano Ronaldo e Kathryn Mayorga.

3.4 Análise de dados e apresentação de resultados

A presente dissertação tem como objetivo analisar a forma como o *CM* e o *JN* enquadraram o caso mediático de Cristiano Ronaldo e Kathryn Mayorga.

3.4.1 Dimensão Estrutural

Entre 1 de setembro de 2018 a 30 de setembro de 2019 foram contabilizados um total de 160 textos jornalísticos. Entre as duas publicações selecionadas, o *CM* foi o jornal que mais se destacou, publicando 124 notícias, enquanto que o *JN* ficou pelas 36. (ver Gráfico 1)

Durante o período em análise, o pico noticioso em ambas as publicações diárias foi o mês de outubro, data em que o caso foi tornado público pela imprensa alemã na revista *Der Spiegel*, a 28 de setembro de 2018. É durante o mês de outubro que ambos os jornais exploram detalhadamente o caso, tendo sido o *CM* o que mais destaque deu ao acontecimento. O jornal publica a primeira notícia a 29 de setembro de 2018 e o *JN* começa a noticiar o caso dois dias depois, a 2 de outubro de 2018.

Durante o mês de janeiro de 2019, decorrente do pedido das autoridades policiais norte-americanas de amostras de ADN a Cristiano Ronaldo, os jornais voltam a fazer uma cobertura noticiosa elevada, embora em menos quantidade que em outubro do ano anterior. É também no decorrer desse mês que é divulgado, pela plataforma Football Leaks²⁹, o acordo celebrado entre o jogador e a norte-americana, segundo o qual Kathryn Mayorga, a troco de 325 mil euros, estaria obrigada a manter-se em silêncio sobre os alegados acontecimentos ocorridos em Las Vegas. Entre fevereiro e junho, a produção noticiosa relativa a este caso foi muito escassa, pelo facto de coincidir com o momento em que o jogador da Juventus cedeu amostras de ADN e o caso acabou por ficar nas mãos da justiça americana, não havendo mais desenvolvimentos. A título de curiosidade, regista-se a 5 de fevereiro o aniversário de Cristiano Ronaldo (faria 34 anos) e onde as produções noticiosas desse dia não referem o período negro que atravessava.

Em julho de 2019, ambos os jornais voltam ao assunto, visto que Cristiano Ronaldo foi ilibado no caso de violação. Agosto e setembro de 2019 são meses em que a produção

²⁹ Um site criado por Rui Pinto em setembro de 2015, que divulga documentos privados relacionados com alguns dos maiores clubes de futebol do mundo.

noticiosa é escassa, ou até mesmo nula, como no caso do *JN* durante o mês de setembro, pois coincide com o momento em que o jogador deu uma entrevista a Piers Morgan, para o programa *Good Morning Britain*. Cristiano Ronaldo foi entrevistado para o canal ITV News pelo apresentador britânico, onde se comoveu ao falar da morte do pai, recordou a infância e a juventude e comentou o alegado caso de violação, que, entretanto, ficou arquivado. O apresentador frisou mesmo que "esta é a entrevista mais reveladora que ele deu". Quanto a Cristiano Ronaldo, o jogador negou desde o início as acusações de que era alvo: "Brincaram com a minha dignidade. É difícil. Tens namorada, família, filhos. Quando brincam com a tua honestidade, é mau, é difícil".

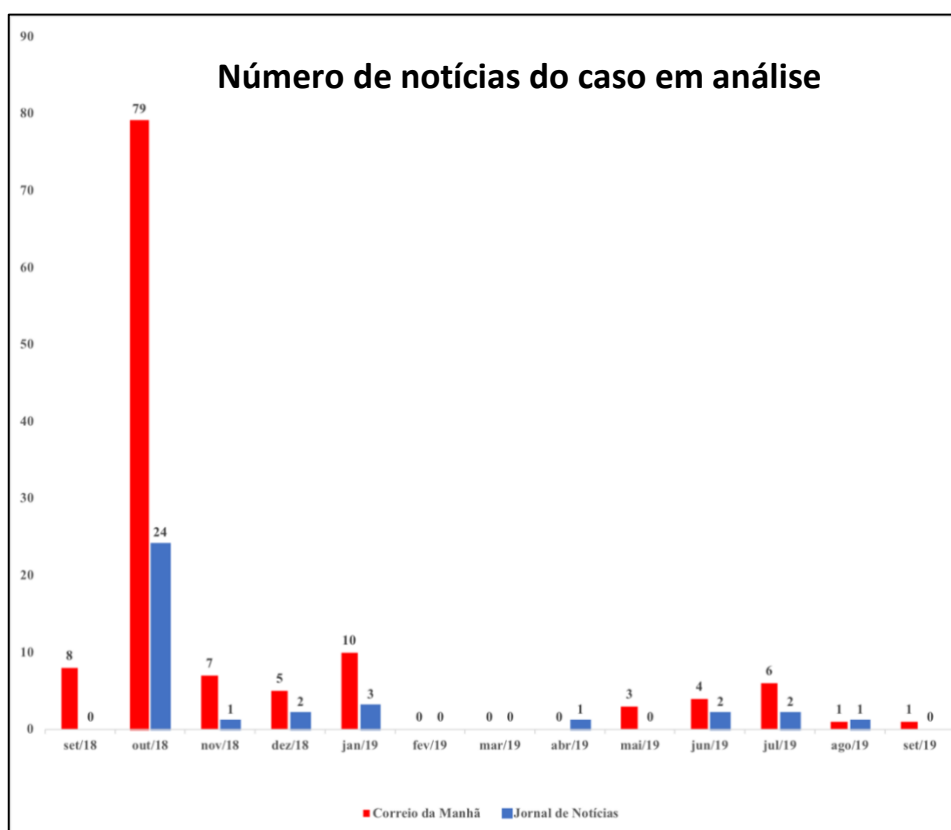


Gráfico 1: Análise do número e data das publicações sobre o caso de acusação de violação de Kathryn Mayorga a Cristiano Ronaldo no Correio da Manhã e Jornal de Notícias.

Quando passamos à análise das manchetes, verificamos que o tema foi chamado à primeira página em praticamente todos os dias analisados. No *CM*, a notícia foi tema de primeira página em praticamente todos os dias do mês de outubro, assumindo-se como a notícia mais importante do dia. O mesmo não ocorreu com o *JN*, que por diversas ocasiões não colocou a notícia como assunto de destaque na manchete do dia (Ver Figura 1).



Figura 3: Análise das manchetes do *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã* no mesmo dia – 7 de outubro de 2019.

Importa centrarmo-nos de seguida nas opções tomadas por ambas as publicações no que concerne às secções dos jornais onde o caso foi reportado. Não foram encontradas diferenças assinaláveis. Quer o *CM*, quer o *JN* optaram por publicar a maior parte das notícias na secção Vidas (55) e Pessoas (12), respetivamente (Ver Gráfico 2). Ambas as secções, apesar de classificadas com nomes distintos, referem-se a conteúdos comumente associados ao *fait-divers*, género jornalístico muito associado à imprensa sensacionalista, ou dita “cor-de-rosa”. O termo *fait-divers* foi cunhado pelo teórico francês Roland Barthes no seu livro *Essais Critiques*, em 1964. Segundo o autor,

O *fait-divers* é uma notícia de ordem não classificada, dentro de um catálogo mundialmente conhecido (políticas, economia, guerras, espetáculos, ciências, etc); por outras palavras, seria uma informação monstruosa, análoga a todos os fatos excepcionais ou insignificantes, breve, aquele normalmente classificado, modestamente, abaixo da categoria de variedades. É ainda uma informação total, ou mais precisamente, imanente, que contém em si todo o seu saber: não é preciso conhecer nada do mundo para consumir um *fait-divers*; ele não remete a nada além dele próprio; evidentemente, o seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassinatos, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices,

tudo que remete ao homem: à sua história, à sua alienação, aos seus fantasmas, aos seus sonhos, aos seus medos [...] no nível da leitura, tudo é dado num *fait-divers*: as suas circunstâncias, as suas causas, o seu passado, os seus desenlaces; sem duração e sem contexto, ele constitui um ser imediato que não remete a nada de implícito”.³⁰

Anabela Gradim (2000), na linha de Barthes, define o *fait-divers* como “pequenas notícias de temática muito diversificada que relatam aspetos curiosos do quotidiano. Incluem-se nesta categoria os roubos, os acidentes, as coincidências, os casos de polícia, e, regra geral, todo o facto suficientemente curioso, ou pela sua originalidade ou pelas coincidências que envolve, suscetível de gerar uma notícia.”³¹

O *CM* desenvolveu o caso maioritariamente nas secções Vidas (55) e na Atualidade (49), seguindo-se a grande distância as secções Especial (18), Política (1) e Desporto (1). O *JN* distribuiu, de forma mais equilibrada, o caso por diversas secções: Justiça (9), Desporto (6), Cultura (5), Primeiro Plano (2), e últimas (2).

Como podemos observar, a cobertura feita pelos dois jornais é claramente distinta, pois o conteúdo noticioso é escrito com ângulos de análise diferentes. Isto é, enquanto o *JN* tratou o caso do ponto de vista judicial, o *CM* optou por um tratamento mais sensacionalista, colocando o assunto como tema de ordem do dia.

³⁰ No original pode ler-se: le fait divers (le mot semble du moins l'indiquer) procéderait d'un classement de l'inclassable, il serait le rebut inorganisé des nouvelles informes; son essence serait privative, il ne commencerait d'exister que là où le monde cesse d'être nommé, soumis à un catalogue connu (politique, économie, guerres, spectacles, sciences, etc) ; en un mot, ce serait une information monstrueuse, analogue à tous les faits exceptionnels ou insignifiants, bref anormales, que l'on classe d'ordinaire pudiquement sous la rubrique des Varia; le fait divers, au contraire, est une information totale, ou plus exactement, immanente; il contient en soi tout son savoir : point besoin de connaître rien du monde pour consommer un fait divers; il ne renvoie formellement à rien d'autre qu'à lui-même; bien sûr, son contenu n'est pas étranger au monde : désastres, meurtres, enlèvements, agressions, accidents, vols, bizarreries, tout cela renvoie à l'homme, à son histoire, à son aliénation, à ses fantasmes, à ses rêves, à ses peurs (...) au niveau de la lecture, tout est donné dans un fait divers ; ses circonstances, ses causes, son passé, son issue; sans durée et sans contexte, il constitue un être immédiat, total, qui ne renvoie, du moins formellement, à rien d'implicite.

³¹ Retirado de <http://bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-3.html>
Acesso a 10 de maio de 2021.

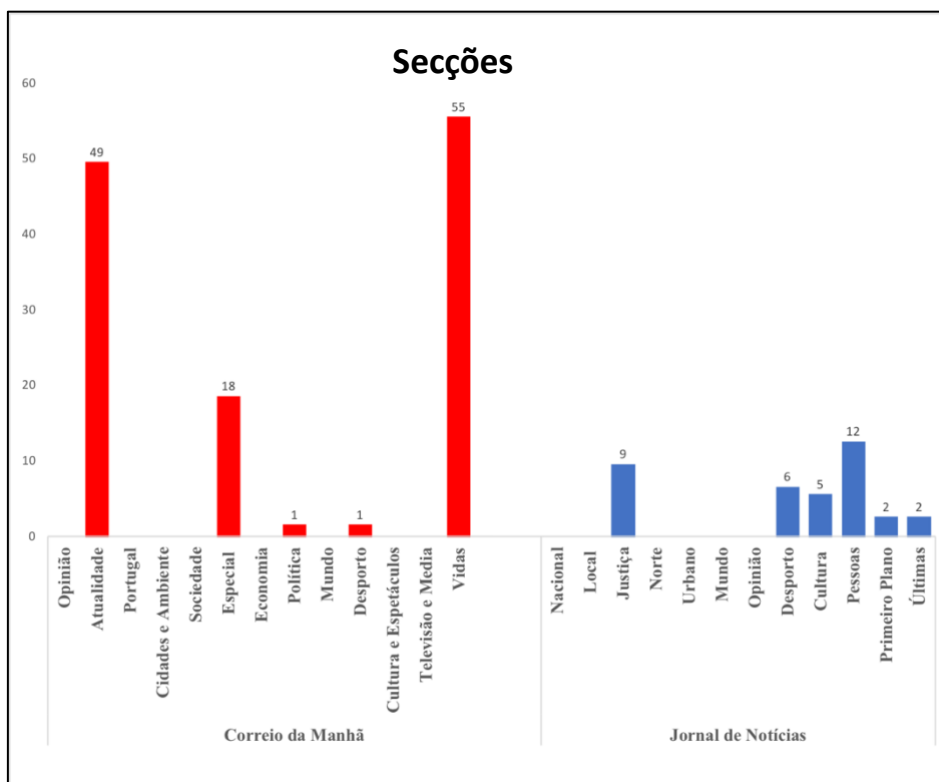


Gráfico 2: Análise das secções onde são publicadas as notícias nos dois jornais em estudo.

Quanto aos géneros jornalísticos, foram utilizados um total de 6. O *CM* destacou-se pela variedade, recorrendo a 6 géneros jornalísticos distintos (Notícia, Entrevista, Editorial, Comentário, Coluna e Breve). O *JN* explorou menos o caso, limitando-se ao género notícia (Ver Gráfico 3). As breves, as notícias e as colunas foram os géneros mais utilizados por ambas as publicações. O *CM* optou, grande parte das vezes, pela breve, com um total de 59 peças, enquanto o *JN* ficou pelas 10. A quantidade de breves pode ser explicada pelo facto de ter existido muita informação adicional ao tema principal, sem constituir uma notícia ou um assunto diferente por si só. Em segundo lugar, sugeriram as notícias, entendidas aqui como “textos eminentemente informativos, relativamente curtos, claros, diretos, concisos e elaborados segundo regras de codificação bem determinadas.” (Gradim, 2000) A presença de notícias é destacada pela sua estrutura: título, lead, subtítulos, construção por blocos e em forma pirâmide invertida. O *JN* destaca-se neste género (22), sendo o segundo género mais utilizado pelo *CM* (50). Relativamente às colunas de opinião, o *JN* regista um total de 4 e o *CM* 10. Os géneros menos utilizados foram a Entrevista, o Editorial e o Comentário.

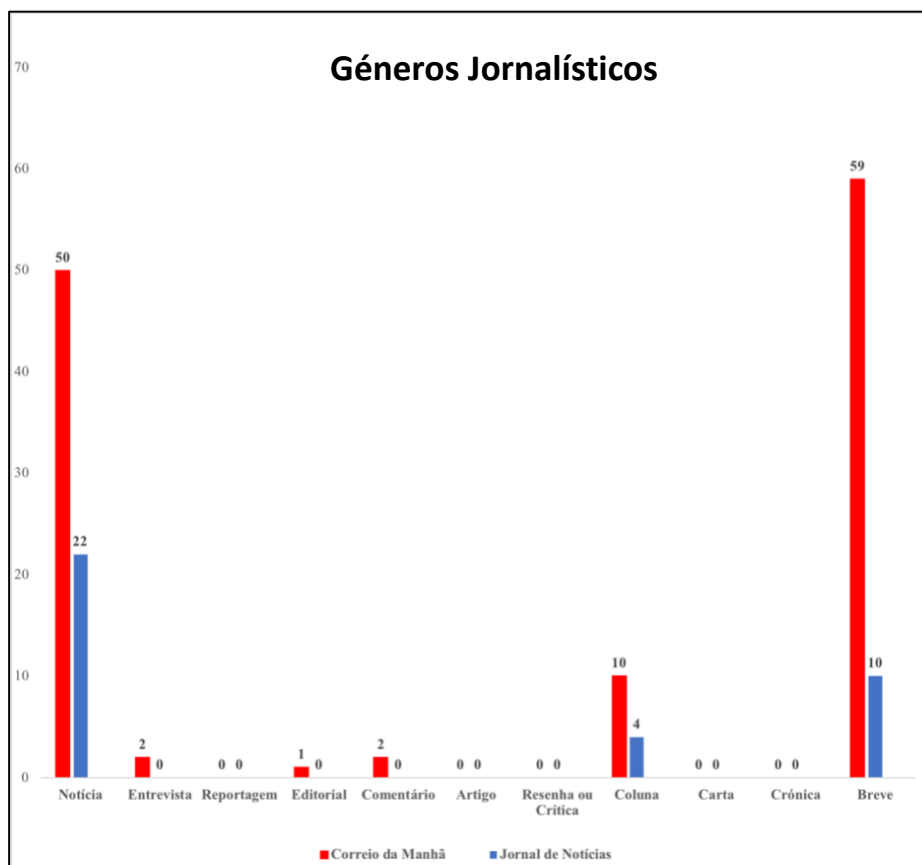


Gráfico 3: Número de conteúdos por género noticioso.

A análise da tipologia de títulos mostra que foram privilegiados os títulos de cariz mais informativo ou sensacionalista dependendo da publicação. Os resultados denotam que existe uma grande discrepância entre os dois meios de comunicação estudados. O título apelativo é o mais usado, já que a maioria não esclarece o leitor sobre as informações básicas – Quem? O que? Quando? Onde? e Como? Neste sentido, o CM é o que mais opta por títulos apelativos (80), face aos 9 do JN. Esta publicação optou na sua maioria por títulos informativos (26), onde o jornalista procura explicitar, através do título, o essencial. Os títulos lúdicos apareceram raramente e os interrogativos não tiveram presença em nenhuma das publicações (Ver Gráfico 4).

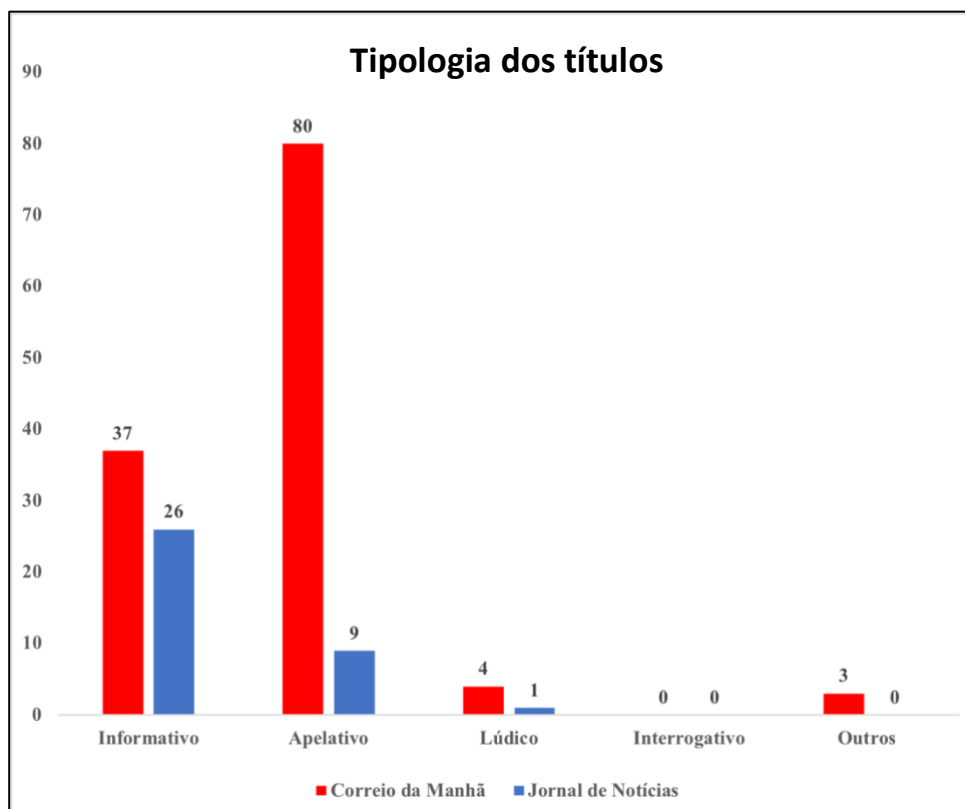


Gráfico 4: Tipologia dos títulos utilizados pelos jornais em análise.

No que respeita à autoria das notícias, o *CM* recorreu frequentemente aos mesmos jornalistas para redigir as peças relativas a este assunto: Rute Lourenço (17); Patrícia Correia Branco (13) e Secundino Cunha (9). Contrariamente, o *JN* teve uma maior variedade de jornalistas a seguirem o caso, realçando a jornalista Sara Oliveira com 9 peças e o jornalista Roberto Bessa Moreira com 5 (Consultar Gráfico 5). Estas opções distintas podem ter que ver com diversas razões. O *CM* ao optar pela escolha dos mesmos jornalistas facilitou a cobertura noticiosa do caso, no sentido que, ao ser escrito sempre pelos mesmos autores, estes conhecem o caso desde a sua origem e todos os acontecimentos que o precedem, fornecendo um maior conhecimento de causa aos leitores. Importa realçar que o *CM* deu uma grande importância ao caso e escreveu muito sobre ele e, por isso, optou por responsabilizar sempre as mesmas pessoas para o fazer. No caso do *JN*, visto que o jornal não deu tanta relevância ao caso, não alocou ninguém específico para a sua redação e por isso diferentes jornalistas escreveram sobre o caso.

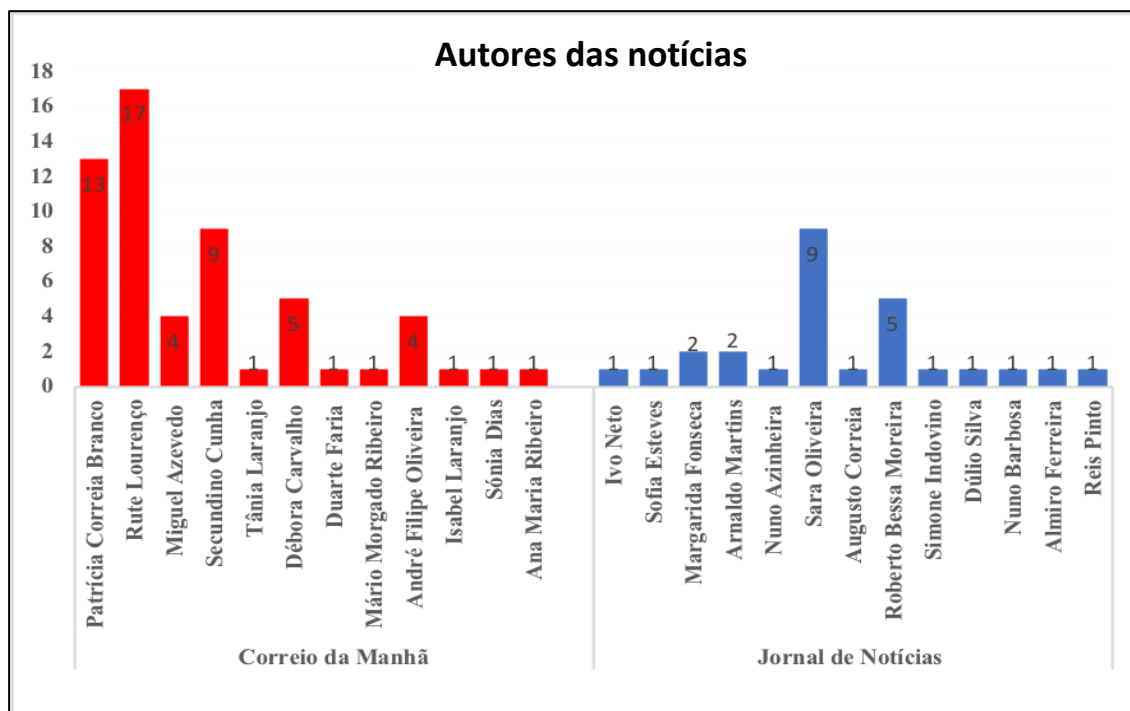


Gráfico 5: Autores das notícias dos jornais em análise.

3.4.2 Dimensão das fontes

A variável que propõe identificar as fontes utilizadas pelos jornalistas torna-se indispensável para se perceber quais são as fontes dominantes nas notícias e de que forma poderão condicionar a percepção do leitor sobre o assunto. Ao analisar esta componente também é possível perceber o tipo de cultura jornalística de cada jornal. Neste sentido, um dos dados que mais se destaca numa primeira observação é uma certa tendência para a utilização dos próprios *media* como fonte. No *CM*, tal ocorreu com especial relevância (59), tal como no *JN*, que recorre também a esta fonte com maior regularidade (16). Neste sentido, a “fonte *media*” é a mais expressiva em ambos os jornais, o que pode ser explicado pelo facto de se referir a um evento que aconteceu e que foi tratado noutra país e à dificuldade que a maior parte das publicações, por falta de recursos financeiros, têm de enviar jornalistas (ou até ter correspondentes estrangeiros nas principais capitais europeias) para cobrir acontecimentos geograficamente distantes. Utilizar a fonte ‘*media*’ fica mais barato, não exigindo deslocações nem investigação própria. Contudo, apesar da forte utilização da fonte ‘*media*’, o *CM* conseguiu garantir a deslocação, talvez pela alocação de recursos humanos e financeiros avultados ao caso, de enviados especiais (Débora Carvalho e André Germano)³² a Las Vegas, EUA, o que permitiu ter acesso a um conjunto de fontes que o *JN* não explorou. O enviado especial do *CM* entrevistou uma das advogadas de Mayorga, Larissa Drohobwczzer e também o porta-voz da Polícia de Las Vegas, Jacinto Rivera. O *CM* é, por isso, o jornal que explora o acontecimento com maior diversidade de fontes: amigos/ familiares, especialistas, fonte anónima, judiciais, *media*, organizações e instituições, policiais, testemunhas, vítimas, vizinhos/moradores, sem referência. (Ver Gráfico 6).

De assinalar também que existe uma tendência para as fontes sem referência, que podem ser interpretadas pelo facto de ter existido uma grande utilização de breves, que apenas surgiram para complementar a notícia principal do caso, que por sua vez continha as devidas fontes identificadas. Outro dado importante prende-se com o escasso recurso às fontes anónimas e políticas, testemunhas, vítimas e vizinhos/moradores.

³² Os enviados especiais constam nas datas das notícias sobre o caso de 6 a 10 de outubro de 2019.

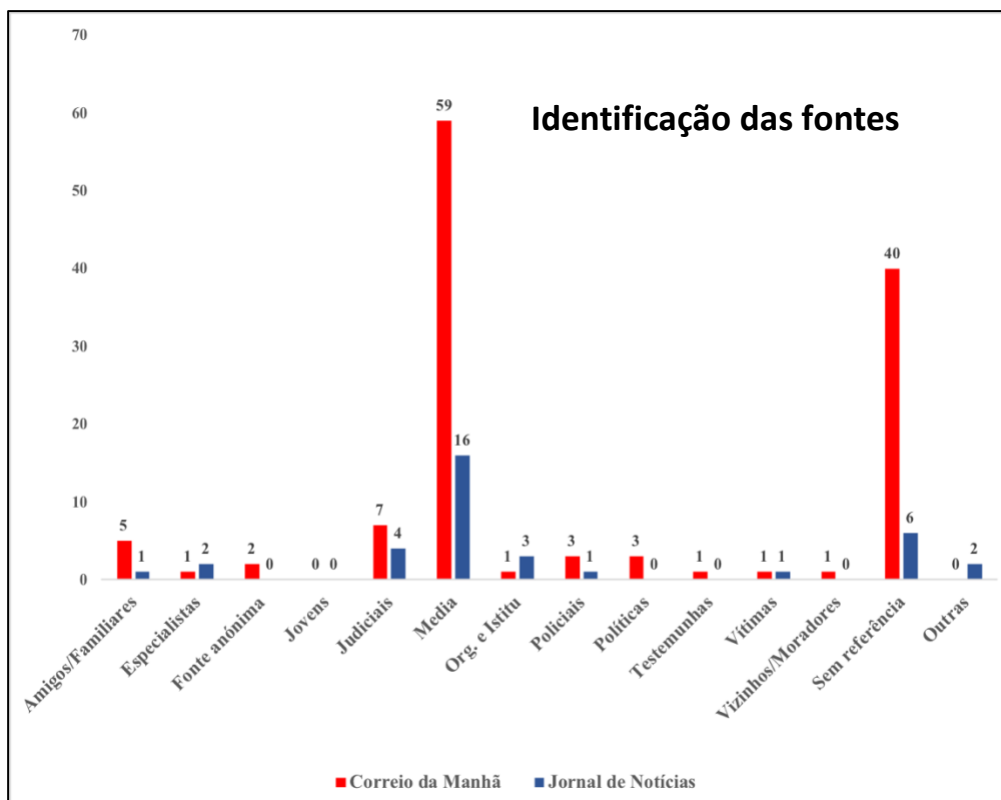


Gráfico 6: Identificação das fontes nos jornais.

No que diz respeito à utilização das fontes personalizadas, não personalizadas e outros meios de comunicação, verifica-se que o recurso às fontes personalizadas são a segunda mais utilizada em ambos os jornais, o que sugere um significativo número de fontes que se pronunciaram a título individual sobre o caso. Existe também uma presença notória de fontes não personalizadas que integram as instituições, organizações ou entidades coletivas que também foram incluídas frequentemente nas notícias, no caso do *CM* 16, e no *JN*, em menor número, 3 (Ver Gráfico 7).

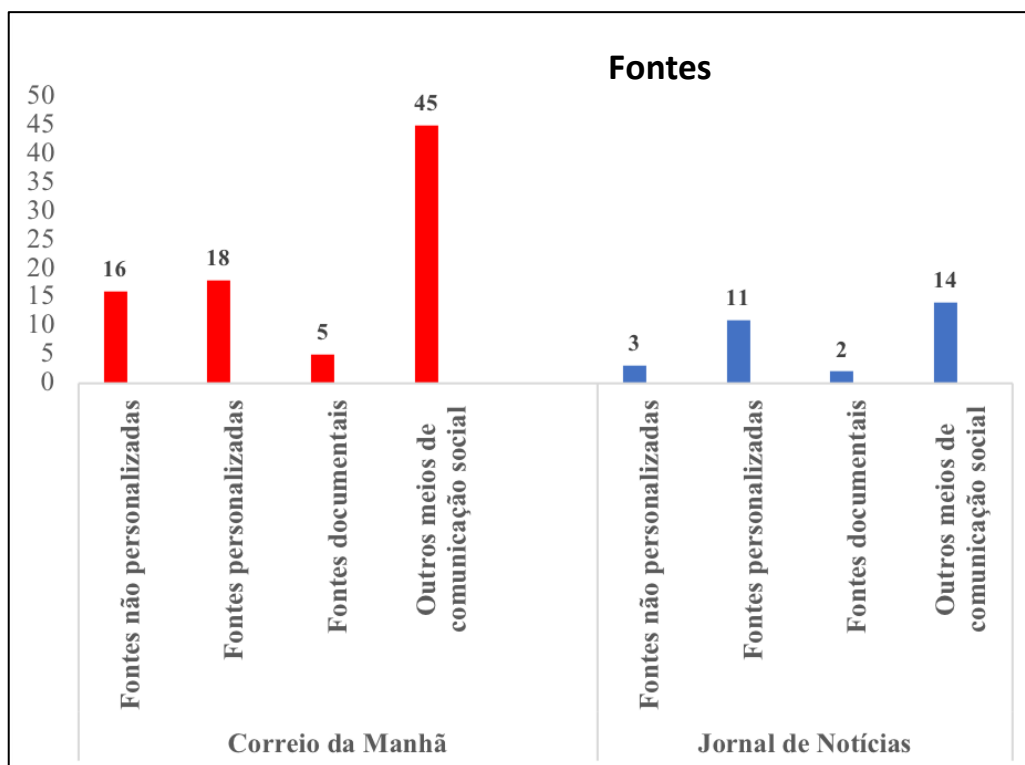


Gráfico 7: Utilização das fontes não personalizadas, personalizadas, outros meios de comunicação e documental nas notícias publicadas pelos jornais em análise.

Na totalidade das notícias publicadas, os jornais utilizaram maioritariamente fontes não oficiais (88%) e oficiais (12%) em menor percentagem (Ver Gráfico 8). Esta opção por fontes não oficiais, segundo Gradim, deve-se ao facto de estas “produzirem um número apreciável de notícias, ou acontecimentos, que desejam ver divulgadas pelos *media* e que normalmente mantém ocupados muitos jornalistas”. Isto é, *CM* (119) e *JN* (22) recorreram maioritariamente a entidades não oficiais. “As fontes não oficiais são as coletividades, sindicatos, empresas, associações, clubes desportivos... em suma, todas as instituições não estatais que contribuem para a vida social e cultural do país” (Gradim, 2000). Por sua vez, as fontes oficiais referem-se “a alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios de ofício, companhias públicas etc.)”. De um modo geral, todas estas fontes são consideradas fidedignas e por isso são as mais pretendidas pelos jornalistas. Contudo, nem sempre respondem de imediato aos pedidos dos jornalistas, motivo que pode explicar a escassa procura dos jornais por estas fontes.

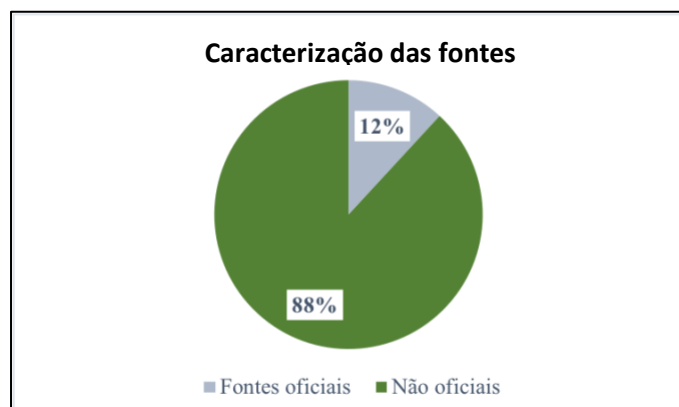
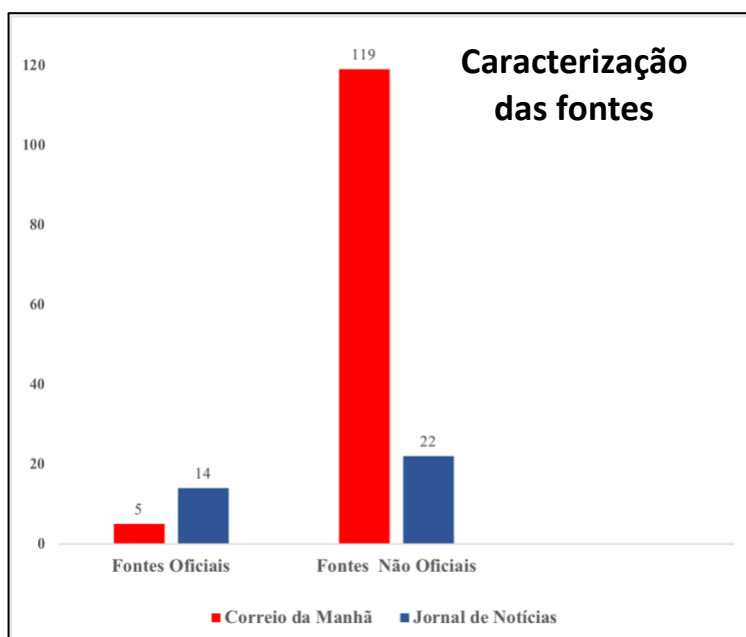


Gráfico 8: Caracterização das fontes utilizadas pelos meios de comunicação e respetiva percentagem da utilização de fontes oficiais e não oficiais pelos jornais em observação.

3.4.3 Dimensão dos framings do texto

Nas duas publicações em análise verificou-se que o enquadramento noticioso mais utilizado é o pessoal (45%), seguido pelo enquadramento judicial/criminal que tem uma presença noticiosa de 41% e o enquadramento desportivo com 11% (Ver Gráfico 10). Quanto aos *frames* presentes em cada jornal, constata-se que o *CM* utilizou maioritariamente o frame pessoal (61), enquanto que o *JN* usou com mais regularidade o frame judicial/criminal (19). Estes resultados permitem observar a existência de duas culturas distintas ou coberturas noticiosas nos periódicos. O *frame* pessoal destaca-se no *CM*, visto que o jornal se inclina para o sensacionalismo e porque se está a lidar com uma figura dotada de elevada notoriedade (Cristiano Ronaldo) existindo, por isso, uma faixa de leitores que consomem informações que dizem respeito ao foro pessoal dos protagonistas do acontecimento.

O *frame* judicial/criminal é aquele que o *JN* mais recorre, o que se compreende pelo facto de se estar a falar de um processo em tribunal e o periódico resolve tratar o acontecimento neste âmbito. O *frame* desportivo também se encontra representado em ambos os jornais, por se tratar de um jogador de futebol e em variadas ocasiões, ambos os periódicos abordaram a existência de consequências do caso para a carreira do jogador.

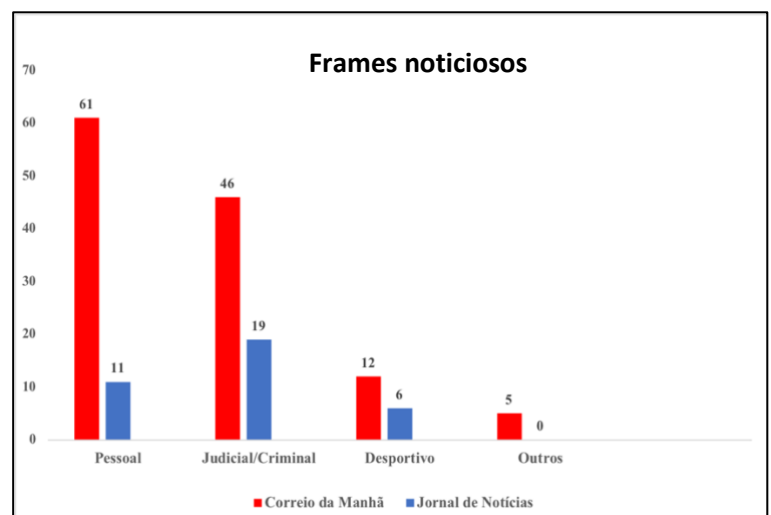
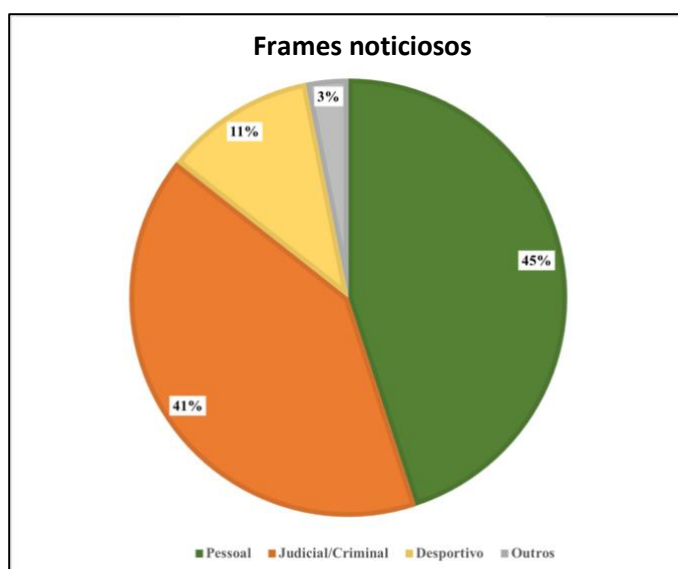


Gráfico 9: Percentagem da presença dos diferentes frames nas notícias em análise e respetiva comparação dos diferentes frames nos meios de comunicação em estudo.

Quanto à variável do enfoque do enquadramento, é clara a diferença de posições dos dois jornais. O *CM* adotou uma postura maioritariamente negativa (60), enquanto que o *JN* se manteve neutro na maioria das suas publicações (26) (Ver Gráfico 11).

Com a recolha de alguns exemplos é possível constatar ocasiões em que se verificou a utilização de juízos de valor por parte do *CM*, transmitindo uma imagem negativa do jogador (Ver Figura 1 e 2). O *JN* tendeu a optar por enquadramentos neutros, apenas com toda a informação necessária e relevante para o caso (Ver Figura 3 e 4).

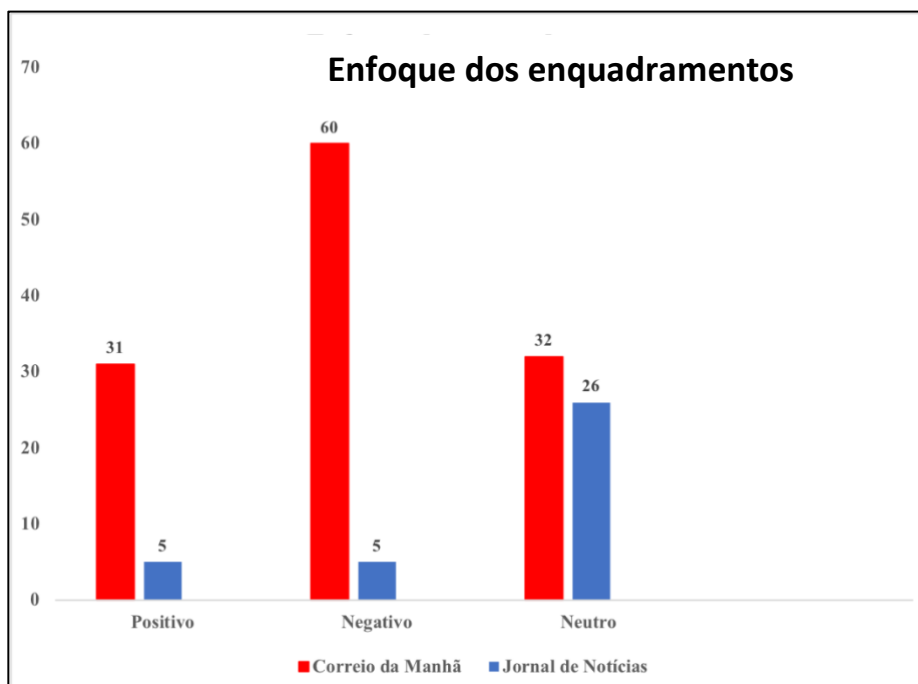


Gráfico 10: Enfoque dos enquadramentos nos jornais em análise.



Figura 4: Breve do *CM* com enquadramento negativo sobre a imagem do jogador.



Figura 5: Breve do CM com enquadramento referente ao verão 'louco' de Cristiano Ronaldo.



Figura 6: Cristiano Ronaldo e Kathryn Mayorga numa discoteca em Las Vegas.

Ronaldo pode perder 60 milhões de euros no pior cenário

Marca CR7 em risco de cair para metade, diz especialista. Quanto mais demorado for o processo, pior para todos

Nuno Azinhara
cunha@ipm.pt

JUSTIÇA Uma eventual condenação judicial no caso de violação de que é acusado pode valer a Cristiano Ronaldo uma "queda abrupta" de 60 milhões de euros no valor da sua marca. Quem o diz é Daniel Sá, presidente executivo do IPAM - Instituto Português de Administração de Marketing, que há oito anos "mede" a marca do futebolista.

"A marca subiu todos os anos e, em 2017, foi avaliada em 120 milhões de euros. Isto significa a capacidade de Ronaldo gerar receitas, provenientes dos seus contratos desportivos, patrocinios e associações a marcas nas redes sociais", explica o especialista em marketing desportivo ao JN.

O furo mediático que apunhou CR7 na última semana pode ter um impacto devastador na carreira desportiva e proveer os financiamentos do atleta da Juventus. O jogador, de 33 anos, é acusado por Kathryn Mayorga, que diz ter sido violada por Cristiano Ronaldo em 11 de junho de 2009, durante uma festa num hotel de Las Vegas, no estado norte-americano do Nevada.

A Polícia local anunciou na segunda-feira a reabertura da investigação, depois de Kathryn Mayorga, professora de 34 anos, ter apresentado queixa na semana passada num tribunal de Las Vegas (ver cronologia na página ao lado).

"É muito cedo e vamos ter de aguardar o que vai acontecer nas próximas semanas ou meses, mas no pior cenário,

em caso de condenação judicial e de uma condenação mediática inaberrável, a marca pode perder 60 milhões de euros, não tenho dúvidas", sublinha o presidente do IPAM.

Daniel Sá afirma que "quanto mais tempo o caso se arrastar, pior será para Ronaldo e para a marca", porque "o ruído desses dias", "as reações" e "as posições que começam a ser tomadas pelos patrocinadores" são um sinal de que está muito em causa.

O especialista acrescenta que "o transtorno pode ser maior" pelo facto de o caso ter sido desvendado pela revista alemã "Der Spiegel". "É uma revista de referência, não é o 'The Sun', logo o peso mediático é outro", sublinha ao JN.

As marcas que patrocinam CR7, diz Daniel Sá, "estão muito atentas ao que se está a passar, até porque não é bom para elas a associação a esta polémica". "As marcas que se associam a Ronaldo vão em busca de duas coisas: notoriedade e uma identificação com os valores do atleta: o profissionalismo, a superação, a dedicação, o esforço. Ora, num caso destes, essa ligação pode ser traída", sustenta.

O especialista lembra o caso do golfista Tiger Woods, em tempos o maior desportista do Mundo e que, em 2009, se viu envolvido em polémicas de adultério, que levaram os patrocinadores a rasgar os seus contratos. "Apesar de tudo, estamos num patamar diferente. O adultério será moralmente condenável, mas não é crime", conclui.

JUVENTUS

Clube perde cerca de 10% em Bolsa após acusações

Os títulos da Juventus caíram ontem quase 10% no fecho da Bolsa de Valores de Milão, segundo a France Press, o título, que subiu desde a chegada do jogador a Turim, em julho, fechou a perder 9,92%, para 1,19 euros, com uma queda de 1,19%. Ainda assim, o clube apoia o jogador, que "está pronto" para o encontro de hoje com a Udinese.

Jogador tem contratos com 18 marcas internacionais

O futebolista está associado, a nível publicitário, a 18 marcas internacionais. Algumas delas não escondem a preocupação com o caso que o envolve e que deu entrada nos tribunais nos Estados Unidos. A Nike, por exemplo, chamou as acusações de Kathryn Mayorga de "inquietantes". Já o site da empresa de jogos de vídeo EA Sports retirou a imagem do madeirense da página principal do seu site, alegando estar "a monitorizar a situação". Eis todas as marcas a que Cristiano Ronaldo está ligado:

- Nike
- Altice
- MTG
- American Tourister
- Wey
- Clear
- Panzer Glass
- ROC
- VMS
- Striker Force
- Facebook Series
- EA Sports
- Panini
- Herbalife
- Abbott
- Sleepcore
- Egyptian Steel
- Exness



Figura 7: Notícia do Jornal de Notícias com enquadramento neutro sobre Cristiano Ronaldo.

Polícia reabre caso contra Ronaldo

Advogados de Kathryn explicam hoje queixa feita em Las Vegas



Kathryn fala em trauma e acusa futebolista de ter tido sexo com ela à força após encontro num bar em Las Vegas

Ivo Neto e Sofia Esteves
cunha@ipm.pt

POLÉMICA Kathryn Mayorga, uma norte-americana de 34 anos, denunciou Cristiano Ronaldo por uma violação que terá acontecido em 2009, em Las Vegas, e a Polícia decidiu reabrir o processo e investigar. Os advogados de Kathryn anunciaram uma conferência de imprensa para hoje para divulgar oficialmente as queixas contra o jogador da Juventus, noticiu a Sky Sports.

"Na altura em que a denúncia foi feita, a vítima não deu aos detetives informações sobre o local do incidente nem a descrição do suspeito. Mas foi realizada um exame médico", lê-se no comunicado emitido pela Polícia na segunda-feira à noite. "Em setembro de 2018, o caso foi reaberto e os detetives estão a seguir as informações cedidas pela vítima", acrescenta a Polícia de Las Vegas.

A agência Reuters diz que a mulher quer denunciar um acordo de confidencialidade que levou o português a pagar-lhe cerca de 325 mil euros para que o caso não fosse público. Mayorga alega que foi coagada e os seus advogados alegam que o acordo não tem valor legal.

Em comunicado, os advogados de CR7 declararam que a informação é "flagrantemente ilegal" e que "viola os direitos pessoais" do futebolista de uma "forma exceçãoalmente séria". "Esta é uma divulgação não válida de suspeitas na área da privacidade", lê-se. Também o visado, num vídeo no Instagram, falou em notícias falsas.

Tudo terá acontecido no noite de 12 de junho de 2009 quando Ronaldo e Kathryn, uma modelo em part-time de 25 anos, se cruzaram em Las Vegas na secção VIP do Rain, um clube noturno. Após saírem da discoteca os dois terão ido para um hotel, onde aconteceu a alegada violação. Christoph Winterbach, jornalista da revista "Der Spiegel", a mesma que tornou o caso público, fez novas revelações e mostrou um documento, supostamente assinado por Ronaldo quando foi dito que o nome ou a assinatura do jogador não apareciam em lado nenhum.

Figura 8: Notícia do Jornal de Notícias com enquadramento neutro sobre o jogador.

No sentido de continuar a analisar as diferenças/semelhanças da cobertura noticiosa de cada um dos jornais, identifiquei uma das tipologias mais recorrentes do *framing*, que divide o enquadramento em dois grandes grupos: o temático e o episódico. Assim, trouxe para o corpo do texto alguns exemplos de cada tipo de enquadramento, a fim de tornar o estudo do *framing* mais eficiente e facilitar a sua identificação. Deste modo, a ordem de predominância dos enquadramentos é idêntica nos dois jornais, sendo o enquadramento episódico o mais presente ao longo da construção noticiosa (78%). Este tipo de enquadramento limita-se a relatar os acontecimentos de uma forma descritiva, deixando de lado o contexto mais amplo e complexo, isto é, o jornalista limita-se a produzir notícias que enfocam eventos desprovidos de um contexto, limitando-se a relatar factos.

Vejam-se alguns excertos exemplificativos deste tipo de *framings*:

Cristiano Ronaldo voltou, ontem à tarde, a negar as acusações feitas pela norte-americana Kathryn Mayorga de um crime de violação, em 2009, em Las Vegas. A Polícia reabriu a investigação na segunda-feira, depois da queixa ter sido feita sem a identificação do agressor.

(Jornal de Notícias, 4 de outubro de 2019; pág.44)

Quatro dias depois de Kathryn Mayorga ter ‘rasgado’ o acordo feito com Cristiano Ronaldo e de o ter acusado formalmente de violação, a Polícia de Las Vegas confirmou, ontem, que decidiu reabrir o caso e que ainda está na posse do kit com material recolhido no hospital, onde a norte-americana foi assistida no dia seguinte à alegada violação

(Correio da Manhã, 3 de outubro de 2019; pág.8)

O enquadramento temático também esteve presente, apesar de em menor número, na cobertura noticiosa, com 25 exemplos no *CM* e 10 no *JN*. De realçar, que este tipo de enquadramento apresenta um contexto analítico mais amplo, isto é, que vai além dos

factos. Os exemplos que se seguem representam alguns dos casos que contemplam este tipo de enquadramento:

A mãe de CR7, Dolores Aveiro, e a irmã mais nova, Kátia, lançaram uma corrente de apoio nas redes sociais. “Quero ver quem tem coragem de pôr esta fotografia no perfil por uma semana e fazer uma corrente por ele...Por Portugal, por ele, pelos nossos, pela união do povo...pela justiça. Ele merece.

(Jornal de Notícias, 9 de outubro de 2019; pág.16)

Fernando Santos acredita na inocência de Ronaldo. “Apesar de separar as questões pessoais das profissionais, tenho sempre atenção às questões pessoais dos meus jogadores. Acredito no que ele publicou há dias, reafirmando que está inocente. Conheço-o bem, acredito plenamente no que ele diz. Sei que ele não cometeria um crime desse tipo”

(Correio da Manhã, 5 de outubro de 2019; pág.8)

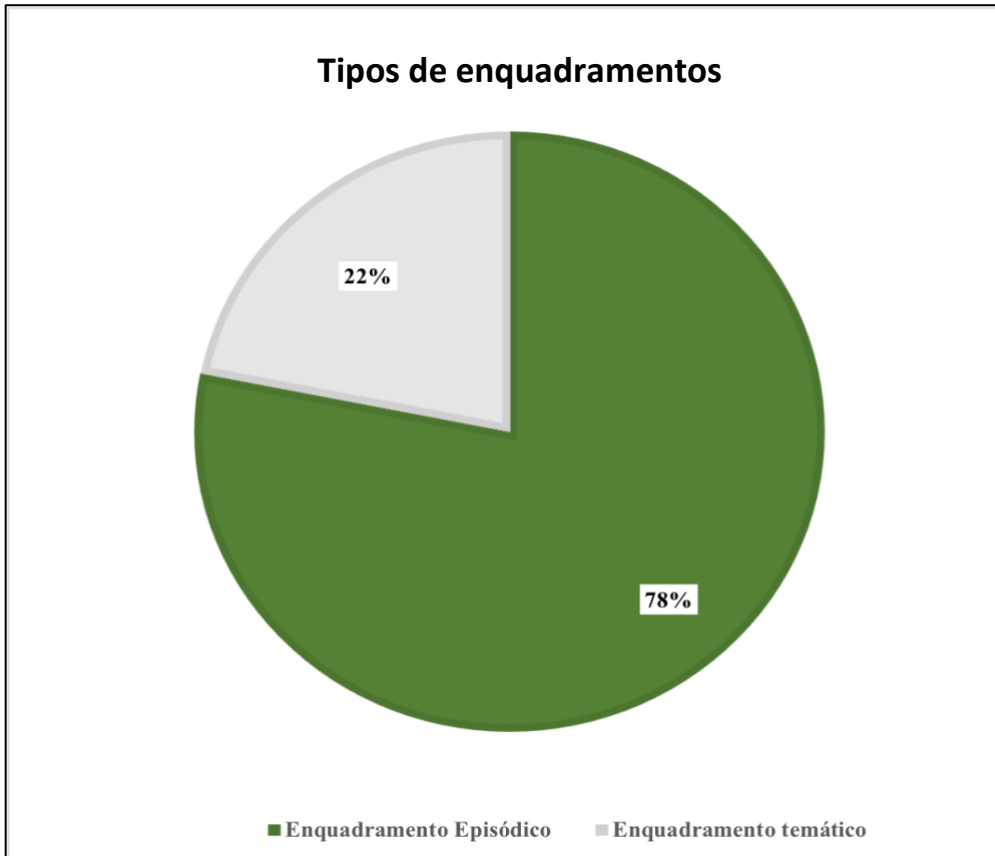
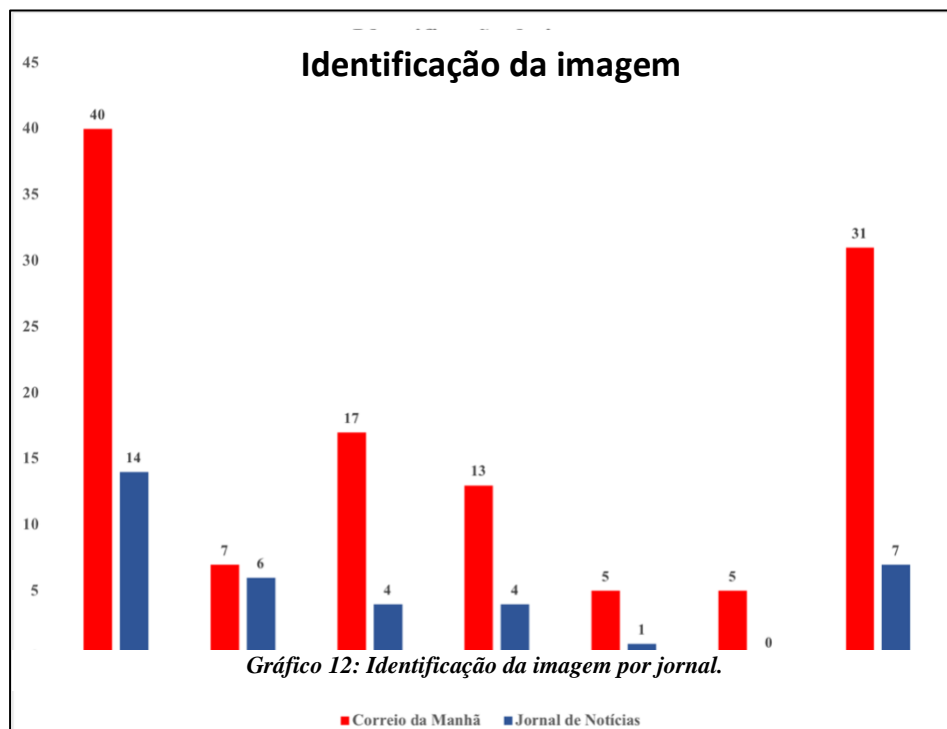


Gráfico 11: Percentagem dos tipos de enquadramento por jornal.

3.4.4 Dimensão imagética dos *frames*

A fotografia assume um papel fundamental nos estudos de enquadramento noticioso e este estudo de caso não foge à regra. Neste caso, a maioria da produção noticiosa, em ambos jornais, veio sempre acompanhada de fotografia. Em todas elas, foram considerados sempre os protagonistas da imagem principal. Neste sentido, e como seria de esperar, a figura que se destacou mais quer no *CM*, quer no *JN*, foi Cristiano Ronaldo, por se tratar do acusado e depois por ser uma figura de elevada notoriedade. “Outros” teve o segundo valor mais alto, pois aqui foram consideradas as situações em que Ronaldo apareceu em conjunto com outras pessoas, explicando por isso os valores significativos (este panorama foi semelhante em ambos os jornais). O terceiro valor mais alto também é de destacar, visto que, os dois (Cristiano Ronaldo e Kathryn Mayorga - protagonistas do acontecimento), apareceram por diversas ocasiões juntos. Um dado que merece atenção é o facto da imagem (Figura 3) onde aparecem ser sempre a mesma – a que retrata a noite em que os dois se conheceram numa discoteca em Las Vegas. Essa imagem é muitas vezes utilizada na cobertura noticiosa dos dois jornais. De seguida, a figura com mais destaque é a da vítima, Kathryn Mayorga. (Ver Gráfico 14)



No que diz respeito à posição dos protagonistas, verificou-se uma diferença no modo como os jornais utilizaram as imagens. No caso do *CM* o meio primeiro plano (onde a figura humana é enquadrada da cintura para cima) (26) é o mais utilizado. Pelo contrário, o *JN* optou por utilizar o plano de detalhe (onde a câmara enquadra uma parte do rosto ou do corpo: um olho, uma mão, um pé, etc.) (14).

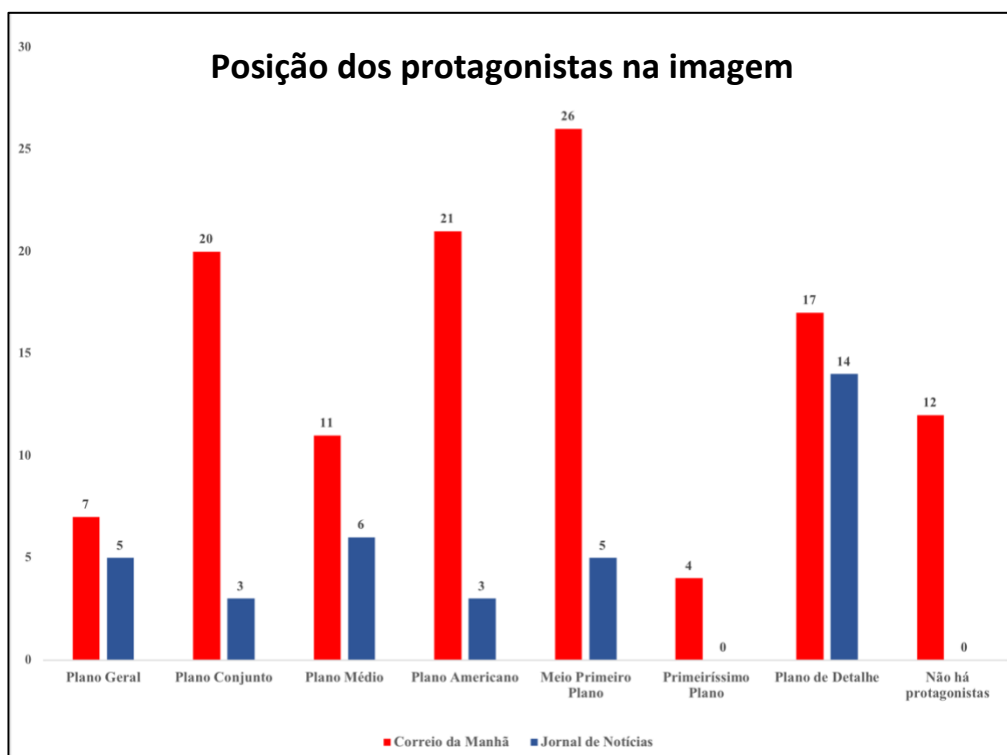


Gráfico 13: Posição dos protagonistas na imagem por jornal.

Considerações finais

A investigação que aqui se desenvolveu permitiu-nos perceber que os estatutos editoriais das publicações, os modelos de organização das empresas de *media*, as rotinas de produção e a ideologia dos jornalistas condicionam o modo como a informação é selecionada, organizada e transformada em notícia. Partindo da hipótese do *framing*, aplicada aos conteúdos noticiosos, neste caso concreto à forma como a acusação de suposta violação de Cristiano Ronaldo e Kathryn Mayorga foi noticiada, foi possível descortinar a forma distinta como dois jornais nacionais diários enquadraram um mesmo assunto. Distintos enquadramentos podem contribuir para um distinto conhecimento e avaliação do caso em análise. Em suma, o *framing* pode ser entendido como um processo de interação social onde a comunicação, o conteúdo, a receção e a cultura se relacionam. Na comunicação produz-se o conteúdo (a notícia) através de enquadramentos que os jornalistas (os comunicadores) consciente ou inconscientemente decidem utilizar; o conteúdo, produzido pelos comunicadores, contém enquadramentos que são identificados em *frames* que se manifestam através de títulos, citações, palavras-chave, fontes de informação, imagens. A receção, onde se situa o público, que ao compreender o conteúdo, mobiliza os seus próprios enquadramentos e reflete e aceita ou não, os enquadramentos usados pelos jornalistas. Por fim, a cultura, é crucial neste processo já que está invocada tanto no conteúdo como nos enquadramentos utilizados pelos comunicadores e recetores.

Por tudo isto importa, principalmente por fatores de hierarquia do sujeito interveniente (Cristiano Ronaldo), analisar o comportamento da imprensa portuguesa e cruzá-lo com o fenómeno da violência de género, procurando detetar a forma como os *media* a enquadram.

Através da análise quantitativa, observou-se o particular destaque dado ao acontecimento pelo *Correio da Manhã* (124 notícias) comparativamente com o *Jornal de Notícias* (36 notícias). Com o auge a aparecer no mês de outubro, data em que o caso foi tornado público pela imprensa alemã na revista *Der Spiegel*, a 28 de setembro de 2018. O segundo ponto alto foi na sequência do pedido das autoridades policiais norte-americanas de amostras de ADN a Cristiano Ronaldo, no mês de janeiro de 2019. Para além disso o destaque também se estendeu ao tipo de conteúdos. O *Correio da Manhã* foi o mais “arrojado”, tendo apostado numa variedade de géneros jornalísticos, o que

permitiu uma transmissão de maior quantidade de informação. Quanto aos conteúdos, verifica-se uma grande diferença em ambos os jornais: enquanto o *JN* tratou o caso do ponto de vista judicial, procurando notícias de pendor mais informativo e interpretativo, o *CM* optou por um tratamento mais sensacionalista, procurando o *fait-divers* e o escândalo.

Entrando, desta forma, no prisma de análise qualitativa, foi visível que a grande maioria dos conteúdos se centraram na figura de Cristiano Ronaldo, pelo seu grau de relevância (é um ícone do desporto nacional e internacional). Isto leva-nos a um ponto fulcral da análise, que foi o enquadramento conferido pelos jornais ao caso da suposta violação cometida pelo jogador. Cristiano Ronaldo foi quase omnipresente nas publicações, mas nem sempre abordado de forma neutra. Ao analisar o conteúdo foi perceptível que o *CM* acabou por adotar uma postura mais crítica em relação ao jogador, chegando ao ponto de enquadrar Cristiano Ronaldo como culpado. Isto é, claramente, visível através de vários títulos: “Teste de ADN pode tramar Ronaldo”, “Pagou para evitar problemas no Real”. Tratam-se de títulos altamente sugestivos, nos quais o *Correio Manhã* sugere mesmo uma opinião em relação ao caso.

O enquadramento do jogador ganha força ao analisar os *frames* presentes nos conteúdos. A presença do *framing* judicial é elevada (41%), em ambos os jornais, o que pode ser explicado pelo facto de se tratar de um assunto de justiça, era necessário trazer e explicar toda a informação relativa a processos e possíveis medidas de coação para o sujeito do acontecimento. Mas o *framing* pessoal é o que está mais presente (45%), não fosse Cristiano Ronaldo uma figura extramente mediática. A presença do *framing* pessoal também pode ser explicada pelo facto de ter sido explorada a vida privada do jogador, onde e com quem estava e até as reações à medida que eram conhecidas as decisões dos tribunais. Importante realçar que o *CM* foi o jornal que mais contribuiu para esta percentagem.

Perante estes resultados, estamos em condições de afirmar que a primeira e segunda hipóteses apresentadas na metodologia desta dissertação foram confirmadas. A primeira defendia que o tratamento noticioso da violência de género, a partir da hipótese do *framing*, revela-nos abordagens distintas do caso em estudo. A segunda indicaria que as notícias em análise apresentam diferentes enquadramentos noticiosos, quer do ponto de

vista estrutural, das fontes, do *framing* e da imagem, quer se trate de um jornal de referência, ou de um jornal de pendor sensacionalista. Vimos através dos conteúdos analisados que enquanto o *JN* procura enquadrar o caso de um ponto de vista informativo, o *CM* opta por explorar a vida privada do jogador.

Por fim, a terceira hipótese, que previa o conhecimento público e a interpretação deste caso está, assim, dependente da escolha do enquadramento noticioso de cada uma das publicações em análise também se verifica. O leitor deve estar consciente da existência do *framing*, e que a forma como as notícias são apresentadas não é mais do que uma seleção e saliência de aspetos de uma determinada realidade e, portanto, jornalistas e fontes estão a construir significados. Isto é, o *framing* baseia-se na ideia de que, ao representar o mundo de uma certa maneira, os *media* influenciam as pessoas a pensar sobre o mundo de modos particulares, pois as mensagens dos meios de comunicação participam na formação do conhecimento público e que o conhecimento é ativado e utilizado em decisões politicamente relevantes.

Sintetizando, consideramos que após a conclusão deste estudo de caso e tendo por base toda a informação teórica aqui esplanada corroboramos a afirmação de Maxwell McCombs e Donald Shaw: “Os leitores aprendem não só sobre um determinado assunto, mas também sobre quanta importância dar a esse assunto a partir da quantidade de informação numa notícia e a sua posição”.

Referências bibliográficas

- Alvim, F. (2006). *Mulheres (In)Visíveis*. Portugal: Amnistia Internacional. Disponível em: https://www.academia.edu/1900726/Mulheres_in_vis%C3%ADveis_Relat%C3%B3rio_da_Campanha_Acabar_com_a_viol%C3%A2ncia_sobre_as_mulheres
- Bateson, G. (1987). A Theory of Play and Fantasy. In G. Bateson, *Steps to Ecology of Mind: Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology* (pp. 138-148). Northvale: Jason Aronson.
- Berns, N. (2001). *Degendering the problem and gendering the blame: Political discourse on women and violence*. *Gender & Society* (262-281)
- Berns, N. (2004). *Framing the Victim: Domestic Violence, Media, and Social Problems*. London: Aldine Transaction
- Bourdieu, P. (2001). *Masculine Domination*. Stanford: Stanford University Press.
- Campina, A., & Tomás, S. (2016). A Convenção de Istambul: A violência de género ou género de violência? In *Combate à violência de género: Da Convenção de Istambul à nova legislação penal* (314-319). Porto: Universidade Católica. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/1812>
- Carll, E. K. (2003). *News portrayal of violence and women: Implications for public policy*. *American Behavioral Scientist*.
- Caviedes, E. (2002). *Violencia contra las mujeres en américa latina y el caribe español 1990-2000: balance de una década*. Santiago de Chile: Isis Internacional.
- Cohen, B. (1963). *The Press and foreign policy*. Princeton University Press

Coimbra, A. (2007). *Crônicas de mortes anunciadas: violência doméstica, imprensa, e questões de gênero em articulação com a educação e cidadania* (Master's Thesis, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Retirado de: https://www.cdofeminista.org/wp-content/uploads/2013/05/artemisa_cronicas_de_mortes_anunciadas_2007.pdf

Comité de Ministros do Conselho da Europa (2008). *Relatório sobre a implementação do Memorando entre o Conselho da Europa e a União Europeia*. Estrasburgo. Retirado de: <http://onvg.fcsh.unl.pt/legislacao-documentos-estrategicos/documentos-estrategicos-internacionais/>

Costa, D. (2005). *Perceção Social de Mulher Vítima de Violência Conjugal. Estudo Exploratório realizado no Concelho de Lisboa*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

Dias, I. (2004). *Violência na Família: Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

Ellsberg, M., & Heise, L. (2005). *Researching Violence Against Women: A Practical Guide for Researchers and Activists*. Washington DC, United States: World Health Organization, PATH.

Entman, R. (1993). Framing: Towards Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58.

Entman, R. (2004). *Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy*. Chicago: The University of Chicago Press.

Entman, R. (2010). Media framing biases and political power: Explaining slant in news of Campaign. *Journalism*, 11(4), 389-408 Retirado de: https://www.researchgate.net/publication/240701472_Media_framing_biases_and_political_power_Explaining_slant_in_news_of_Campaign_2008/link/0046352ebb710360ed000000/download

Expresso. (2021). Dez anos da Convenção de Istambul. Balanço é feito amanhã em Lisboa: "falta o essencial" para aplicar o tratado. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2021-04-05-Dez-anos-da-Convencao-de-Istambul.-Balanco-e-feito-amanha-em-Lisboa-falta-o-essencial-para-aplicar-o-tratado-076f9775>

Fisher, K. (1997). Locating Frames in the Discursive Universe. *Sociological Research Online* 2. Retirado de: <https://journals.sagepub.com/doi/10.5153/sro.78>

Gitlin, T. (1980). *The Whole World is Watching*. Los Angeles: University of California Press.

Goffman, E. (2006). *Los marcos de la experiencia - Framing Analysis*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Gonçalves, T. (2005). Os temas da guerra: Estudo exploratório sobre o enquadramento temático da guerra do Iraque na. *Comunicação pública*, 9-26.

Gradim, A (2016). *Framing, o enquadramento das notícias*. Lisboa: Livros Horizonte.

Hall, S. (2009). Culture, the Media and the "Ideological Effect" . In A. N. Scott, *New Critical Writings In Political Sociology* (pp.315-348). London : Routledge

Iyengar, S. (1991). *Is Anyone Responsible?* Londres: The University of Chicago Press.

Lippmann, W. (2008). *Opinião Pública*. Lisboa: Editora Vozes.

Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género - Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género .

Lisboa, M., Carmo, I., Vicente, L. B., & Nóvoa, A. (2003). Os Custos Sociais e Económicos da Violência contra as Mulheres - Síntese dos Resultados do Inquérito Nacional de 2002. *Ditos & Escritos*.

Lisboa, M., & Lourenço, N. (1992). *Representações da violência*. Lisboa: Cadernos do CEJ.

Machado, C. (2004). *Crime e insegurança. Discursos do medo, imagens do "outro"*. Lisboa: Editorial Notícias.

Massena, A., Fernandes, C., Ravara, D., Ribeiro, F. M., Susano, H., Gago, L., ...Pena, S. (2016). *Violência Doméstica - implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*. Centro de Estudos Judiciários.

Maxwell, K.A., Huxford, J., Borum, C., & Hornik, R. (2000). Covering Domestic Violence: How the O.J. Simpson Case Shaped Reporting of Domestic Violence in The News Media. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 77(2), 258-272

McCombs, M.E. & Shaw, D.L. (1972). The Agenda-Setting Function of Mass Media. In *Public Opinion Quarterly* 36 (2), 176-187.

McCombs, M., Shaw, D. L. (1993). The evolution of agenda-setting research: twenty-five years in the marketplace of ideas. In *Journal of Communication*, 43(2), 58-67

Meyers, M. (1997). *News coverage of violence against women: Engendering the blame*. London: Sage Publications.

Mill, J. S. (2019). *A Sujeição das mulheres* . LeBooks.

Monteiro, T. & Policarpo, V. (2002). *As mulheres nos media portuguesas: um estudo exploratório*. Disponível em: www.labcom.ubi.pt/agoranet

Montiel, A. V. (2014). Violence against women and media: advancements and challenges of a research and political agenda. *Las Claves necesarias de una comunicación para la democracia*, 15-19. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/publications/gam_ag_research_agenda_vegamontiel.pdf

Penedo, C. C. (2003). *O Crime nos media*. Lisboa: Livros Horizonte.

Reiner, R. (1997). *Media – made criminality: The representation of crime in mass media*. *The Oxford handbook of criminology* (pp.189-225). Oxford: Clarendon Press.

Ribeiro, S. M & Pinto, Z. C (2005). Imagens de mulheres na imprensa Portuguesa. In Atas do IV Congresso da SOPCOM, *'Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e da Informação'*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5308>

Robert, E. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), pp. 51-58.

Scheufele, D. A. (1999). Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, 49 (1), 103-122.

Silveirinha, M. J. (2004). Representadas e representantes: As mulheres e os media. *Revista Media & Jornalismo*, 9-30.

Silveirinha, M. J. (2005). O lançamento da moeda europeia e os seus Enquadramentos na imprensa. *SOPCOM*, 749-764. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/silveirinha-maria-lancamento-moeda-europeia-enquadramentos-imprensa.pdf> [Consultado em maio, 28, 2020]

Silveirinha, M. J (2006), *“Obliterando o «político»: o «pessoal» no espaço público mediatizado”*, *ex aequo*, 14, pp. 67-92.

Simões, R. B. (2014). Do «pessoal ao político»: Tensões, paradoxos e implicações da mediatização da violência contra as mulheres em Portugal. *Media & Jornalismo*, 25 (14), 33-51. Retirado de: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/RitaJoanaS.pdf>

Simões, R. B. (2016). *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media*. Porto: Media XXI.

Simões, R. B. (2021). Luzes e sombras: representações da violência contra as mulheres em contextos de intimidade nos media informativos. In Matos, J.N, Baptista, C. & Subtil, F, *Os três dos media: desigualdade, desprofissionalização e desinformação* (pp.80-96). Odivelas: Outro Modo Cooperativa Cultural

Soriano, J. (2004). Las mujeres ante la información sobre violencia de género, *Sphera Publica. Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación*, 4, 151-170.

Sutherland, G., McCormack, A., Pirkis, J., Easteal, P., Holland, K. & Vaughan, C. *Media representations of violence against women and their children: State of knowledge paper*. Alexandria: Australia's National Research Organisation for Women's Safety

Tuchman, G. (1978). The symbolic annihilation of women by the mass media . In G. Tuchman, A. Daniels, & J. Benét, *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media* (pp. 3-38). New York : Oxford University Press.

Tuchman, G & Tuchman B.W. (1978). *Making News: A study in the construction of reality*. Free Press.

Anexos

1. Elementos para uma história da SIC

A SIC – Sociedade Independente de Comunicação – é um canal televisivo pertencente ao Grupo Impresa. Este grupo de media remonta a 1972, quando Francisco Pinto Balsemão criou a *Sojornal/Expresso*. Portugal vivia as vésperas da Revolução do 25 de Abril e Pinto Balsemão acreditava que, apesar do regime de censura ainda em vigor, era possível fazer um semanário de qualidade. O grupo IMPRESA foi crescendo ano após ano até que, em 1984, criou o jornal *Blitz*, dedicado exclusivamente ao universo musical. Em 1989, abriu portas a um novo mercado, o das revistas. Em acordo feito com o grupo brasileiro Abril, surge a primeira revista de negócios em Portugal, a *Exame* (IMPRESA, 2019).

Fundada a 6 de outubro de 1992, a SIC tornou-se a primeira televisão privada e comercial em Portugal. Iniciou a sua primeira transmissão com a jornalista Alberta Marques Fernandes a apresentar um programa informativo “Notícias SIC”:

“Boa tarde. Estudantes de luto contra as propinas. Esta é uma semana de intensa contestação ao ministro Couto dos Santos. Hoje de manhã, em Lisboa, os alunos da Universidade Nova fizeram mais uma manifestação de protesto.” (SIC, 1992)

Três anos depois do início das emissões, a estação assumiu a liderança no mercado audiovisual nacional, mantendo-se líder durante 10 anos consecutivos³³ (Santos, 2002). A aposta em todas as vertentes televisivas - informação, entretenimento, documentários e ficção, aliadas aos marketing e publicidade - contribuíram para o aumento das audiências.

Cinco anos depois, em 1997, foi criada a SIC Internacional, atualmente dirigida por Ainda Pinto. O canal tinha como principal objetivo chegar às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Atualmente, a SIC Internacional tem transmissão para Andorra,

³³ Santos, R. (2002). Dez anos de história da SIC (1992-2002). Obtido de Obercom Televisão, Qualidade e Serviço Público: <http://industriasculturais.blogspot.pt/2004/04/dez-anos-de-historia-da-sic-1992>

Alemanha, África do Sul, Angola, Austrália, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Estados Unidos da América, França, Luxemburgo, Moçambique e Suíça. Desta forma, o canal temático “entra em casa” de dez milhões de espectadores em todo o mundo (IMPRESA, 2013).

Quanto à programação, a SIC Internacional dispõe de programas de informação, ficção, desporto e entretenimento, dando especial atenção ao programa “Alô Portugal”, apresentado por José Figueiras e Ana Marques que permite unir portugueses e lusófonos de todo o mundo, sendo considerado por muitos “a sala de estar dos portugueses”. (IMPRESA, 2013).

Em 1998, surgem mais dois canais: SIC Filmes e a SIC Gold, dando esta lugar, em 2004, à SIC Comédia, canal temático dedicado a conteúdos de âmbito humorístico destinados a toda a família.

Em 2001, foram para o ar três novos canais: a SIC Notícias, primeiro canal de televisão informativo em Portugal, a SIC Radical e SIC Online, marcando a presença da estação na era digital. A SIC Notícias foi o primeiro canal informativo a transmitir notícias vinte e quatro horas, em direto e em português (SIC Notícias, 2013). A primeira emissão foi transmitida pelo jornalista Pedro Mourinho que “abriu as portas” do canal. (SIC Notícias, 2001). Ricardo Costa é o atual Diretor de Informação daquele que é o canal que se destaca a nível internacional “como o único canal português de informação a liderar as audiências no cabo” (SIC Notícias, 2013).

A Sic Radical nasceu a 23 de abril de 2001 com uma grande diversidade temática que pretende marcar pela diferença. Pedro Boucherie Mendes é o atual diretor deste canal que, segundo o grupo IMPRESA, é “uma das maiores fábricas de talentos já feita em Portugal”. Contribuindo para a diversificação do canal, a SIC Radical também se distingue por alguns momentos que marcam a sua história como a cobertura e a transmissão de concertos de vários festivais de Verão como o *Rock in Rio*, *Meo Sudoeste*, *Super Bock Super Rock*, entre outros. (IMPRESA, 2013).

A 8 de Março de 2003, Dia Internacional da Mulher, a SIC Mulher inicia as emissões. É um canal dirigido especialmente ao público feminino (IMPRESA, 2013). Beleza, decoração, moda e culinária são dos principais temas abordados. Como exemplo, atualmente são transmitidos programas como “Faz Sentido”, “#EuQueroArrumar”, “*The Last Resort*”, “*Married at First Sight*”, “*The Proposal*”, “*Masterchef*”, entre outros (SIC Mulher, 2020). Júlia Pinheiro é a diretora deste canal temático que pretende “informar,

entreter, divertir e, sobretudo, ajudar a mulher a aprender mais sobre si mesma e a desenvolver o seu potencial” (IMPRESA, s.d. p.39).

Em maio de 2003, foi ainda criada a SIC Indoor e em outubro desse mesmo ano tiveram início as transmissões do canal de solidariedade, SIC Esperança. Já em 2008, a Impresa Publishing assumiu um contrato de transmissão de negócio atinente às publicações *Activa*, *Caras*, *Caras Decoração*, *Courrier Internacional*, *Exame*, *Exame Informática*, *Jornal de Letras*, *TeleNovelas*, *TV Mais*, *Visão*, *Visão História* e *Visão Junior*, a favor da sociedade Trust in News.³⁴

A SIC K é lançada em 2009, com o objetivo de atingir um público mais jovem. Direcionado para jovens dos 7 aos 14 anos, o canal tem como intuito o divertimento, a inteligência e “procura desenvolver o espírito crítico dos seus telespectadores, independentemente da idade” (IMPRESA, 2013). O canal é dirigido por Vanessa Fino Tierno e é composto sobretudo por programas ligados ao entretenimento, à aventura, aos desenhos animados, entre outras temáticas.

Em 2013 é criada a SIC Caras, um canal dedicado às celebridades nacionais e internacionais. O canal avalia-se como dinâmico e positivo e tem como referência a linha editorial da revista *CARAS*, de onde herdou o nome, assim como os valores incutidos pela marca: a classe, a elegância, o *glamour*, entre outros (IMPRESA, 2013). Ao longo da sua história, a SIC Caras proporcionou aos telespectadores transmissões de grandes eventos mundiais como o caso da 89.^a edição dos Óscares³⁵, a 75.^a gala dos Golden Globe Awards³⁶, entre outros. Por fim, em 2017 foram iniciadas as emissões da SIC Internacional África.

No que respeita às audiências, e segundo as fontes da estação, a SIC e os seus canais foram sempre dos segmentos televisivos com maior audiência³⁷. No comunicado³⁸ do

³⁴ <https://www.trustinnews.pt/>

³⁵ Notícia retirada da revista *CARAS*, do dia 25 de fevereiro de 2017: “89.^a edição dos Óscares na SIC CARAS”.

³⁶ Notícia retirada da revista *CARAS*, do dia 2 de janeiro de 2018: “Golden Globe Awards 2017 em direto na SIC CARAS”.

³⁷ Retirado de:

<https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/cdn.impresa.pt/data/content/binaries/3cb/8e2/347f85d2-c056-44bd-a173-ca4df8786fa9/AUDIENCIAS-ANO-2019--Live---Vosdal-.pdf>

Acesso: 22-01-2020

³⁸ Retirado de:

<https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/cdn.impresa.pt/data/content/binaries/6d6/cb7/1f0c2034-14ed-4e07-8686-41ee59d8fcb5/AUDIENCIAS-JANEIRO20--Live---Vosdal-.pdf>

Acesso: 22-01-2020

grupo Impresa, em janeiro de 2020, a SIC liderou no *prime time*³⁹ de segunda a sexta-feira com ficção nacional produzida pela própria estação: “Nazaré”, “Terra Brava” e “A Dona do Pedaço”. A que se deve acrescentar, segundo informação disponível no site do grupo, o programa “A Máscara”, que estreou a 01 de janeiro, terminou o mês a liderar com 23.2% de *share*; Ainda a começar o ano, a SIC estreou o programa “Amigos Improváveis”, que vai para o ar às 19 horas dos dias úteis, que terminou o mês a liderar no universo dos canais generalistas, em ambos os targets comerciais (IMPRESA, 2020). No *daytime*, a SIC mantém-se na liderança com Cristina Ferreira nas manhãs de segunda a sexta-feira, João Baião nas manhãs de fim-de-semana e Júlia Pinheiro nas tardes. Nos programas informativos, nos resultados do mês de janeiro de 2020, destacam-se o Primeiro Jornal e Jornal da Noite, que lideraram nos 7 dias de semana com 29.4% e 22.6% de *share*, respetivamente. A grande reportagem “Luanda Leaks” foi uma das principais razões dos bons resultados, terminando a SIC generalista a liderar com 27.8% de *share*. A SIC Notícias continua a ser o canal de informação mais visto pelos portugueses e terminou o 1º mês do ano de 2020 com 1.9% de *share* a subir 0.1 p.p. face ao mês anterior. A SIC Mulher terminou o mês de janeiro com 0.7% de *share*, a SIC Radical terminou com 0.3%, a SIC K e a SIC Caras ambos com 0.3% de *share* e a subir 0.1 p.p. face ao mês anterior.

³⁹ Em Portugal, *prime time* que significa horário nobre, implica a transmissão dos programas mais importantes de cada estação televisiva com um horário compreendido entre as 20h e as 00h.

2 Estagiar na SIC

2.1 A caracterização da redação

No segmento da SIC Digital fazem parte vários elementos distribuídos por responsabilidade de conteúdos, isto é, trabalham em conjunto SIC generalista, SIC Caras, SIC Mulher, Sic Radical e Fama Show. No que diz respeito à SIC generalista, existe uma equipa que está responsável pelo corte e publicação de conteúdos no site e redes sociais, de acordo com os programas que estão em antena. Todos os dias, alguém da equipa de entretenimento está responsável por visionar o ‘Programa da Cristina’ e encarregar de fazer a publicação dos conteúdos mais importantes, bem como, de cortar o episódio na íntegra, dividido em partes, para ser colocado no Youtube.

O mesmo ocorre para todos os programas do dia, depois do Primeiro jornal, segue-se ‘O Linha Aberta’, a ‘Júlia’ e os ‘Amigos Improváveis’, e por fim as telenovelas. Além da publicação de conteúdos, a equipa também vai para o terreno acompanhar as gravações das novelas “financiadas” pela SIC generalista, de modo a recolher material exclusivo que é publicado consoante a data de emissão do episódio que acompanhou (no caso das novelas e programas a decorrer com concorrentes, por exemplo). A equipa fica também responsável por fazer foto-galerias, resumos das telenovelas, com a constante atualização nas redes sociais, esta última parte é feita também por alguns elementos que trabalham a partir de casa.

No que respeita aos conteúdos dos outros canais do universo SIC há uma grande interação com a equipa da SIC generalista, visto que, determinados temas abrangem públicos diferentes. Um exemplo disto são os conteúdos da SIC generalista sempre que recebem alguma celebridade, isto é, há uma partilha dos mesmos conteúdos que são orientados para diferentes públicos de cada canal. As equipas dos outros canais estão atentas às entrevistas e às declarações de modo a conseguirem encontrar algo pertinente para se redigir um artigo referente ao famoso ou ao que foi dito, com o objetivo de se publicar online e haver uma constante atualização de conteúdo no site. Estes artigos não se dirigem exclusivamente aos ‘famosos’ do país. A equipa está atenta também aos acontecimentos internacionais e pode, de igual modo, redigir artigos sobre eles.

Aos fins-de-semana, o processo funciona do mesmo modo. Há sempre elementos da equipa responsáveis por acompanhar os programas no momento da transmissão, como é o caso do programa ‘A Máscara.’ Existem outros, por sua vez, como o ‘E-especial’ e

‘Fama-show’ cujos conteúdos são deixados para serem cortados à segunda-feira e atualizar tudo o que foi transmitido no fim-de-semana anterior. No que respeita a eventos, o exemplo dos ‘Globos de Ouro’, parte dos elementos da equipa ficam responsáveis por acompanhar toda a gala e fazer a publicação de artigos durante a noite e de manhã são os primeiros a chegar, para que toda a atualização fique feita antes da concorrência.

Apesar da maioria da equipa estar na estação de Paço de Arcos, existem também elementos, como é o caso dos fotógrafos, a acompanhar os programas nos estúdios de Carnaxide (onde estava toda a redação da SIC, anteriormente) que nos enviam conteúdos diretamente para serem usados e publicados nas redes sociais.

A direção de entretenimento da Impresa é constituída por Daniel Oliveira (Diretor-geral de entretenimento, - sendo também, por conseguinte, o Diretor de programas da SIC e dos seus canais temáticos e responsável pelos produtos digitais na área do entretenimento do grupo) pelo Pedro Amante (Diretor Executivo de conteúdos digitais de entretenimento de Lifestyle) e Cristina Mendes (Directora de programas dos conteúdos digitais)

2.2 Rotinas de produção

Apesar do mundo da televisão ser imprevisível, há em todas as redações rotinas diárias a cumprir. Por norma, a equipa chega toda às 10 horas e termina o dia por volta das 18h. No entanto, este horário pode sofrer alterações devido uma vez que a equipa de trabalho vai rodando. Quem está responsável, por exemplo, pelo ‘Programa da Cristina’, a pessoa responsável tem de estar preparada para começar a visionar o mesmo às 10h15 e acompanhar até ao fim (13h). O programa da ‘Júlia’, por exemplo, já implica que o/a responsável fique na redação até às 19h, de modo a ter tempo de cortar os conteúdos e bloquear as partes no Youtube (que é um processo que demora, pois, o vídeo tem de carregar no MMS ⁴⁰para se colocar em Backoffice⁴¹)

O programa dos ‘Amigos Improváveis’, tendo em conta que termina às 20h da noite, implica que a pessoa responsável nesse dia fique até essa hora na redação para se fazer o acompanhamento do programa em direto e respetivas publicações. O agendamento dos conteúdos, por norma, não é usado nestes casos, visto que, a publicação em tempo real é mais adequada com a grelha de emissão. Neste sentido, permite-nos atualizar as redes sociais no tempo exato em que o acontecimento ocorre.

Toda a equipa tem, deste modo, um calendário semanal onde se tenta distribuir os programas de modo a evitar que as mesmas pessoas façam os mesmos programas. Neste sentido, há uma rotatividade de pessoas pelos conteúdos, o que nos ajuda a estar sempre ‘em cima’ do que está a acontecer nos diferentes programas do dia. Por norma, toda a equipa tem uma folga por semana e pode ‘escolher’ essa folga consoante a sua preferência. (colocar mais da parte de cima – para falar dos horários uma vez)

⁴⁰ É o programa usado que nos permite acompanhar a emissão em direto e cortar diretamente os conteúdos.

⁴¹ É o sistema usado para se fazer a publicação de conteúdos.

2.3 Diário de bordo

No que respeita à experiência pessoal, o estágio começou no dia 6 de janeiro no edifício Impresa pelas 10 horas. Dirigi-me ao segundo piso, local onde se encontra a equipa que comecei por integrar: conteúdos digitais de entretenimento.

Logo no primeiro dia, foram-me atribuídos os acessos que me permitiram trabalhar com o computador da redação: nome de utilizador e o email principal que devo utilizar para a troca de emails entre a equipa. Comecei por conhecer as ferramentas principais de trabalho: MMS e Backoffice⁴². E, de seguida, foi-me atribuída a tarefa de dar títulos e subtítulos a conteúdos dos programas ‘E-especial’ e ‘Fama-Show’. Todos os conteúdos cortados foram colados em “draft”, isto é, colocados em rascunho, sendo posteriormente corrigidos por colegas de equipa antes de seguir para a publicação. Estes conteúdos ficam disponíveis no site da SIC generalista e os considerados mais importantes destacados nas redes sociais.

No segundo dia, fiquei responsável pela telenovela ‘Dona do Pedaco’. Tive de cortar conteúdo do episódio emitido no dia anterior, bem como, os resumos da semana. Todos os dias de manhã, quando chegava à redação, esta era a primeira tarefa a cumprir: publicar sempre os conteúdos da novela do dia anterior para o site e em cada segunda-feira redigir os resumos para a semana. Estes conteúdos estavam guardados numa pasta da rede da SIC, à qual tinha acesso e onde podia ir buscar todas as informações de que necessitava. No primeiro mês de estágio, fiquei ainda responsável pela publicação de conteúdos de outros programas como: o ‘Passadeira Vermelha’ e o ‘Linha Aberta’, este último acompanhado em tempo real para a publicação posterior dos temas em debate mais importantes. Aprendi, ainda, a fazer foto-galerias para o programa dos ‘Amigos Improváveis’ e a redigir artigos para a secção ‘+Mulher’ da SIC Mulher. Redigi três⁴³ artigos do programa ‘A Máscara’ com temáticas escolhidas por mim. Escrevi, também,

⁴² O MMS (Media Monitoring System) é uma plataforma interna onde é possível cortar vídeos em tempo real de transmissão ou em deferido. Por sua vez, o Backoffice serve para a produção de conteúdos nos sites do Grupo Impresa. Esta é, também, uma plataforma de utilização interna.

⁴³ Os artigos podem ser verificados em : <https://sicmulher.pt/-mulher/2020-01-22-Eis-as-pistas-que-revelaram-a-identidade-do-Poodle-Com-toda-a-certeza-e-o-Francisco-Menezes>
<https://sicmulher.pt/-mulher/2020-01-17-Ja-sabe-quem-sao-as-celebridades-que-estao-por-detras-da-mascara--Conheca-aqui-as-identidades-reveladas>
<https://sicmulher.pt/-mulher/2020-01-10-Que-estrelas-se-escondem-por-detras-da-Mascara--Conheca-os-principais-palpites-1>
<https://famashow.pt/famosos/2020-01-09-O-Cavalo-foi-revelado-Eu-sou-inconfundivel-toparam-me-logo>

um artigo de uma temática que considerei pertinente para a SIC Mulher sobre bulimia e anorexia⁴⁴. No final do mês as principais tarefas de Sandra Varandas (Coordenadora do online informação), que me explicou como funcionava o trabalho de redação na sua equipa. Reuni ainda, com André Antunes (Coordenador do Primeiro Jornal) que me deu algumas respostas sobre a minha problemática de investigação. (entrevista em anexo, eventualmente...)

Fevereiro foi um mês de desafios, pois ficou ao meu encargo o acompanhamento do programa a 'Júlia', visionado em tempo real com a posterior publicação de conteúdos. Isto significa que ao longo do percurso de estágio foram-me sendo atribuídos programas de acordo com o grau de responsabilidade. Comecei a fazer este programa mais vezes e ainda publiquei conteúdos para a SIC Radical (os talk-shows).

O programa dos 'Amigos Improváveis' foi o passo seguinte, que aconteceu em março. Tive direito aos acessos das redes sociais dos canais (Facebook e Instagram) para conseguir fazer as publicações de conteúdos. A primeira entrevista que realizei para a SIC Mulher, teve a ver com o lançamento do livro *7 passos para mudar a sua vida*⁴⁵ de Maria Helena Martins. Até a data, mantenho sempre as mesmas funções conseguindo alternar com os restantes colegas de equipa (as tarefas constam do calendário semanal que está sempre a ser atualizado). De momento, o estágio encontra-se suspenso devido à propagação do COVID-19, onde a SIC emitiu o comunicado de isolamento profilático, incluindo o estagiário.

⁴⁴ O artigo pode ser consultado em: <https://sicmulher.pt/-mulher/2020-01-24-Do-excesso-de-peso-a-anorexia-Uma-vida-de-extremos-que-deixou-Miguel-as-portas-da-morte>

⁴⁵ O artigo ainda está disponível em: <https://sicmulher.pt/-mulher/2020-03-05-Maria-Helena-lanca-livro-que-promete-mudar-vidas-Comecei-a-acreditar-que-era-capaz-e-estou-ca>

2.4 Entrevista a André Antunes - Coordenador do Primeiro Jornal SIC

P: Há diferenças entre a peça televisiva e a que vai para o online?

R: Da televisão para o online, as peças são praticamente todas transportadas. Com título e lead e, dependendo dos temas, há notícias que obrigam a ter um pouco mais de conteúdo no site. As notícias são colocadas no site pela ordem que são dadas no telejornal.

P: No que respeito a notícias de casos de violência doméstica, é lhes dada uma prioridade diferente na ordem normal do telejornal?

R: As notícias de violência doméstica não costumam ser notícias de última hora. Ainda assim, a SIC Notícias abriu o jornal com a acusação de violência doméstica de Kathryn *Mayorga* a Cristiano Ronaldo.

P: Porque é que a notícia da acusação de violação de Cristiano Ronaldo à modelo foi última hora na SIC Notícias?

R: Devido a todos os fatores que esta notícia continha, ou seja, foi a mais surpreendente do dia. Ninguém estava à espera deste tipo de acusação ao Cristiano Ronaldo, pela figura que é e a importância que tem ou que significa para todo o mundo. Portanto, o tema, o protagonista, a proximidade e o contexto (violência doméstica) foram os fatores que contribuíram para que a notícia tivesse destaque. É importante realçar que estes fatores surgem relacionados visto que, é sempre preciso ter em conta cada contexto da notícia. Um exemplo, é o contexto familiar e a idade das pessoas envolvidas: uma notícia de um homem que viola uma mulher é diferente da de um tio que viola as sobrinhas...

P: Uma notícia de violência doméstica, normalmente, aparece em que parte do jornal?

R: Há muitos fatores associados, mas o alinhamento de um jornal tem sempre em conta todos os conteúdos do dia, e por isso, tanto pode aparecer na primeira ou na segunda parte do jornal. Ainda assim, o alinhamento do jornal é mudado até este acabar. Se houver uma notícia de última hora, muitos dos conteúdos decididos no alinhamento para aquele dia caíam por terra. É preciso ter em atenção, que as notícias de última hora não são dadas no momento em que elas chegam à redação. Numa média de 3 a 4 minutos, essas notícias

são rapidamente escritas com princípio meio e fim para ser lançadas. Há um tratamento de conteúdo como todas as outras.

P: Como é que as notícias de violência doméstica são apresentadas?

R: Normalmente, podem surgir no bloco Sociedade ou Justiça (difere de notícia para notícia). É sempre preciso ter muito cuidado quando trabalhamos conteúdo como este porque temos de partir do princípio de que todos são inocentes. No caso do Ronaldo, até hoje não se sabe de quem é a culpa. Eles chegaram a um acordo, mas nada comprova o verdadeiro culpado. O cuidado com a linguagem que utilizamos é muito importante, pois não se pode acusar ninguém. É um assunto de justiça, onde devemos sempre proteger as partes.

P: Quais são os critérios para decidir o alinhamento de um jornal?

R: O coordenador do jornal decide qual a ordem das notícias que é dada. A pergunta que deve ser feita é sempre: Qual a melhor forma de vender conteúdos? O que é que as pessoas querem ver hoje? Para essa decisão constam alguns fatores: 1º O que é que faz uma notícia ser notícia. 2º Questões de sociedade, proximidade, protagonistas da história, entre outros. O que acontece, é que existem para essas decisões, duas reuniões por dia (às 11h e às 15h30): A primeira reunião serve de cruzamento de conteúdos entre o que está a ser feito e o que vai ser feito para o jornal da noite. O tempo do primeiro jornal é mais curto e por isso o que se faz muitas vezes, é transpor a notícia para o jornal da noite com mais conteúdo, isto é mais desenvolvida, com mais informações, mais investigação. Isto é, aprofundamos mais o assunto; na reunião das 15h30 discute-se a agenda. É uma reunião mais de planeamento. É importante considerar que nesta reunião ficam já prontos 30% do jornal do dia seguinte, que tem sempre alterações.

P: Como é que se chega à decisão final?

R: Na hora de decidir a ordem, tenho sempre imensas dúvidas. A questão prende-se em “colocar-me no lugar da pessoa que está em casa a ver televisão.” O que é que eu quero discutir hoje? O que é que me interessa? A mim, à sociedade, ao país?

Na hora de decisão, que é feita na primeira reunião do dia, parte-se do princípio de que apenas a primeira parte do jornal é que está feita, ou seja 50% está pronto. Os outros 50% da segunda parte vão sendo prontos à medida que analisamos o comportamento da concorrência. É muito importante perceber como a concorrência se comporta porque esse

é um dos motivos que justifica a mudança do alinhamento: “Tenho peças jornalísticas que as guardo para serem lançadas no intervalo da concorrência, de maneira a trazer os espectadores para o meu canal em vez de ficarem a ver anúncios. E nota-se na curva das audiências, um aumento significativo das pessoas que mudam de canal, e aqui importa que as pessoas mudem de canal, mas fiquem pelo menos durante aquele período de tempo em que estamos a transmitir aquelas peças. Posso perder esses espectadores depois, mas pelo menos, no dia seguinte já vou conseguir que as pessoas voltem a ver o nosso canal e queiram ficar cada vez mais tempo. Nessas peças que guardo, normalmente também tenho em conta o público alvo que quero atingir.”

É também importante referir que a reunião para decidir o alinhamento não é feita unicamente pelo coordenador, todos os editores e restantes coordenadores tem liberdade e autonomia para proporem o alinhamento do jornal desde que seja com responsabilidade. Neste sentido, temos todas maneiras diferentes de ver a realidade e assim há sempre espaço para discutirmos pontos de vista e selecionarmos o que é mais favorável: “Por exemplo, hoje a dúvida estava em abrir o jornal com a eutanásia ou com o coronavírus: a decisão caiu pela eutanásia, porque não há desenvolvimentos de maior sobre o coronavírus e todos os dias saem notícias sobre o assunto, deste modo, colocou-se a eutanásia em primeiro lugar por ser uma questão que está na ordem do dia e a ser debatida, logo de igual importância. A questão da pirâmide invertida nos jornais não funciona. Porque o alinhamento que nós fazemos das notícias, é um “alinhamento de intenções” que é mudado à medida do comportamento da concorrência.”

Impresa, 13 de fevereiro de 2020